

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Geovan Souza Silva

**Identities escorregadias: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal *Cidade do Rio*  
(1887-1888)**

Uberlândia, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Geovan Souza Silva

**Identities escorregadias: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal *Cidade do Rio* (1887-1888)**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a obtenção do título de bacharel e licenciatura em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Magalhães da Silveira.

SILVA, Geovan Souza . Identidades escorregadias: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal Cidade do Rio (1887-1888) - Uberlândia, 2019.

**Orientação: Profª Drª Daniela Magalhães da Silveira**

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: Identidade, Imprensa, Racismo, Violência, Justiça.

Geovan Souza Silva

**Banca Examinadora**

---

Profª Drª Daniela Magalhães da Silveira  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Ana Flávia Cernic Ramos

---

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Uberlândia, 2019.

*“Escreva a tua história e não deixe que outros contem.”*

*L7NNON*

## AGRADECIMENTOS

Nesses 5 anos de graduação pude conhecer muitas pessoas e criar uma gratidão enorme por todas esses encontros. Entretanto, quero começar dedicando esse trabalho, a minha vida, toda minha devoção e amor àquEle que me guiou até aqui. Aquele que nunca me deixou e me abraçou nos momentos mais difíceis nesses 5 anos. Aba, Pai. Eu te agradeço e dedico cada página deste trabalho e cada página da minha vida à Ti. Embora isso não signifique muita coisa perto de quem Tu És, eu lhe dedico e ofereço a honra dessa formatura à Ti. As batidas do meu coração chamam o Seu Nome. Tu és o meu Pai e nada disso se faria sem Ti.

Dito isto, agradeço aos meus pais, Nivaldete de Oliveira Souza e Geová Ferreira da Silva. Eu sei dos sacrifícios e de tudo que tivemos que passar pra chegar até aqui. Mãe, com você aprendi a não desistir mesmo quando as portas estão fechadas. Amar e cuidar de pessoas incondicionalmente. Aprendi e aprendo com você todos os dias sobre lealdade, carinho, amorosidade, perseverança e esperança. Nada se compara ao seu amor e as coisas que você abdicou pra me ver, finalmente, formado. Eu te amo mais do que posso dizer aqui ou lhe demonstrar em vida. Mais do que qualquer coisa que eu possa te dar ou comprar. Obrigado por ser única e me ensinar a ser único. Do seu jeito, na sua forma. Não sei se consigo lhe devolver tudo que você fez/faz por mim. Na verdade, tenho certeza que não. Mas sei que nossa conexão é única e isso basta. Mais uma vez: obrigado, Mãe! Essa conquista é nossa.

Pai, agradeço por ser meu parceiro nesse tempo e na vida. Agradeço porque você me demonstra sobre o amor de Deus sobre mim e isso não tem preço. Jamais esquecerei dos dias em que tu dizia “ora aí pra Deus abrir as portas” quando o vencimento do aluguel estava batendo na porta. Nosso Pai abriu muitas portas e eu te agradeço porque você passou por elas comigo. Eu te amo demais, Pai! Obrigado por sua paternidade e por me ajudar a realizar esse sonho. Ele é seu também. Vamos em frente, sempre! Eu te amo mais do que posso dizer aqui ou demonstrar.

Agradeço também aos meus irmãos, Yasmin e Geovane. Eu amo vocês em meio a todo o caos e das dificuldades. Só nós sabemos tudo que temos que enfrentar juntos e isso jamais será perdido.

Faço um adendo aquela que roubou meu lugar de irmão caçula: Yasmin. Eu te amo muito, irmã. Não sei o que seria de mim sem você. Ainda voaremos juntos por essa vida. Essa conquista é nossa.

Quero estender esse agradecimento a uma família muito especial de Campinas-SP. Família Reis, começo dizendo que nada disso seria real sem vocês. Margarida, Paulo, Solange, Marciano, João, Jean e Jéssica. Junto da Leila, Lei, Tainara e Júlia. Vocês são para sempre. Não posso me demorar aqui nessas poucas páginas. Mas, escrevo para Eternizar que vocês também sempre foram e sempre serão minha família.

Estendo aqui meu amor e minha alegria em compartilhar essa conquista com Igreja Adventista do Sétimo Dia do Parque Universitário e seus membros. Eu amo vocês, família. O que vocês plantaram no meu coração é para sempre.

Em Uberlândia muitas portas foram abertas. E eu não imaginaria que Deus tivesse caminhos tão bonitos para mim nessa cidade. Começo agradecendo aqueles que me acolheram de uma forma que eu jamais vou entender. Família Lima, vocês são umas das pessoas mais especiais as quais eu poderia conviver nessa vida. Eu amo vocês tanto que meu coração chega a dor demais pensando na beleza de cada um de vocês.

Carine e Gordo. Grato pela vida de vocês. Pelos conselhos, pelos caminhos. Quando cheguei vocês estavam numa luta que foi vencida. E eu pude presenciá-la. Vejo a vitória todos os dias, nos braços de vocês. Obrigado por compartilharem tanto comigo. Vocês me marcaram para a vida toda. Amo muito o coração é a vida de vocês!

Carla, Ari, Amanda e Sara. Vocês me ensinaram muito nesses 5 anos. Obrigado, Chefe, por me acompanhar de perto nos ministérios e cuidar de mim de forma pessoal. Não tenho palavras para tanto. Eu amo a vida de vocês e o que vocês carregam.

Deixo por último, mas não menos importante. Fátima e Carlinhos! Queridos, este trabalho não aconteceria sem vocês. Eu admiro vocês dois num nível que não posso colocar no papel. Vocês me ensinaram, de forma empírica, amar a família. O que vocês carregam e a história de vocês é algo que me inspira e me deixa feliz em saber tudo o que nosso Pai já fez por vocês. Obrigado por, até aqui, terem me alimentado todos os sábados e dias afins, sem pedir nada em troca. Pelo contrário, sempre me dando à mais do que mereço. Nada se compara à família de vocês e aquilo que nosso Pai faz através de vocês.

Estendo aqui agradecimentos especiais ao meu melhor amigo nesse ciclo, que me abraçou de uma forma que eu jamais esquecerei, me levou pra dentro da sua família e me fez me sentir amado em dias tão difíceis. Fillipe, não há nada que vá tirar nossa amizade do meu coração. Me lembro de dias em que estava triste e recebia convites pra passear na “véia” Cachoeira Dourada. E eu te agradeço por todos eles. Me salvaram e me apresentaram pessoas incríveis. Nossa amizade é um presente que não tenho condições de mensurar, eu amo você e sua família. Vocês me ensinaram mais sobre Graça. Voaremos juntos nessa lida!

Aproveito pra agradecer à Ana Flávia e a Deborah. Meninas, nada se compara ao coração de vocês. Flávia, eu amo sua vida demais. Você se tornou uma irmã pra mim em pouco tempo. A sintonia foi desde o catchup e eu não consigo te desejar menos que o céu. Eu tenho um carinho enorme por você. É como se nós fizéssemos parte das mesma família. Deborah, minha amiga. Você é muito especial. Seu carinho sua liderança, sua parceria me ensinam sobre o coração de Jesus. Obrigado por ser como Ele! Às duas: nossa amizade está guardada à sete chaves. Eu amo vocês.

Estendo meu amor e carinho a juventude da Igreja Adventista do Sétimo Dia do Luizote de Freitas. Amigos, não me demorarei e não citarei todos porque vocês já sabem do meu amor declarado por cada um de vocês. Letícia, Patrique, Larinha, Felipe, Guilherme, Isabela, Mariana, Matheus, Milena, Monique, Shasha, Vitinho, Yasmin. Dentre outros que se eu citar aqui, as páginas não darão. Vocês me marcaram pra sempre. Obrigado por serem a melhor juventude que um líder poderia ter.

Estendo meu agradecimento e carinho a todos meus Calebes. Amo vocês com minha vida. E vocês sabem disso. Beatriz, te agradeço por ser a maior ridícula de todas. Nada seria o mesmo sem você. Karen! Obrigado por ser a melhor parceria nas ruas. Aprendi a te admirar muito. Seu coração é único. Amo a vida de vocês!

Estendo meu agradecimento, nessa caminhada rumo a formatura, ao grupo Missão in Louvor. Vocês são família e me carregaram no colo. Não consigo mensurar a alegria de dividir esse ministério com vocês.

Por fim, agradeço a Igreja Adventista do Sétimo Dia do Bairro Luizote de Freitas. Amigos, vocês me ensinam tanto. Não consigo descrever mais além das minhas lágrimas por tudo que vocês me proporcionaram nesses 5 anos até agora. Me sinto amado, cuidado, amparado. A Palavra diz que “Deus faz com que o solitário habite em



família” (Salmos 68:6), e vocês fizeram exatamente isso. Abraçaram minha solidão e se fizeram família. Obrigado. Eu amo vocês. Cada membro. Desde a ponta lá de cima, no alto. Até o último banco.

Encerrando esse primeiro ciclo. Eu agradeço ao meu Pai por vidas tão incríveis como as do Clube do Bolinha. Amigos, lembrar de vocês me faz parar pra enxugar as lágrimas e agradecer por tudo que vocês são. Por cada um de vocês: Mariana, João, Márcio, Mateus e Luís. Amigos, a vida é doida. As coisas mudam e ventos sopram pra outros lugares. Mas o vento jamais levará a minha paixão e amor por vocês. Através do coração de vocês eu aprendi tanta coisa. Quero voltar as estes agradecimentos daqui uns anos pra me lembrar da preciosidade do coração de vocês.

Mariana, você é um tesouro. Nada se compara ao seu coração e sua vida. Sinto que somos conectados em outro nível, em outro patamar. Não sei explicar. João, eu te admiro mais do que você possa imaginar, você me ensinou muito nesse ciclo e você está no meu coração. Márcio, me identifico em tantas coisas com você. Obrigado por me carregar em seus braços muitas vezes. Aquilo que pra você parecia simples, pra mim sempre mostrava a doçura do seu coração. Mateus, você e sua vida me inspiraram a prevalecer. Olha pra você e vejo um coração gigante e cheio de um carinho bem Mateusístico. Lulu, você conquistou meu coração logo no primeiro dia de aula e quem diria que iríamos ser família um tempo depois. Te amo muito!

Com essas pessoas, vieram outras. Cito aqui Letícia, Debs, Kath. Admiro vocês demais, meninas! Vocês me ensinaram e ensinam muito. Agradeço também aos meninos Irmão, Pepeu, Victor. Vocês são especiais. Se eu tiver filhos ou filhas como vocês ficarei feliz e orgulhoso de quem eles/elas serão quando tiverem nossa idade. Amo vocês. Por mais que não pareça às vezes. Obrigado. Essa conquista é nossa.

Cito em especial minha amiga Mafê. Haja sintonia! Mafê, em meio a tudo que perdemos nessa graduação, ganhamos muito! Ganhamos uma amizade e uma parceria muito única. Eu amo sua vida e aquilo que construímos e vamos construir nessa vida. Obrigado por todas as palavras de carinho, apoio, amorosidade e irmandade. Vamos juntos!

Estendo aqui meu amor e carinho pelos meus companheiros de casa e de família. Gutinho e Lulu. Amigos, vocês colocaram sentimentos muito especiais no meu coração. Com todos os desencontros possíveis em morar com um mandão como

eu, agradeço por serem minha família nessa reta final. Eu amo vocês com um amor muito profundo. E nada apagará da minha memória nossas limpezas e atraso nas contas. Nunca se esqueçam do quanto este que escreve ama vocês dois. No futuro, quero me sentar e lembrar de tudo isso com muito amor e carinho.

Chegando ao fim, agradeço pelas professoras que Deus colocou em meu caminho. Começo agradecendo a Prof. Dr. Maria Andréa. Professora, você me abraçou num dos momentos mais difíceis da graduação. Desde o PIBID eu via que seu coração tinha algo muito especial. Você me marcou pra sempre. Obrigado por chegar até aqui junto comigo.

À minha mestre e orientadora Daniela, eu não sei se teria como mensurar sua doçura e carinho. Te agradeço por escolher caminhar comigo nessa empreitada. Ensinando a dar os primeiros passos na lida acadêmica. Abraçando minhas pessoalidades e se preocupando com elas. Nenhum coração é como o teu, Daniels! Obrigado por me escolher. Deus cruzou nossos caminhos e sei que continuaremos juntos de alguma forma. Obrigado, obrigado, obrigado! Amo sua vida e aquilo que há no seu coração. Agradeço também aos professores da banca, Ana Flávia e Florisvaldo.

Por fim, à todos vocês, dedico essa monografia e essa formatura. Considero tudo que tenho até aqui como conquistas coletivas. E vocês todos fazem parte delas.

*“Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem, daqueles que foram chamados segundo  
Seu propósito.” Romanos 8:28*

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo abordar algumas perspectivas identitárias, a partir da imprensa negra publicada no final da década 80 do século XIX. Busco analisar histórias de violência presentes na escravidão e que se desenrolam no pós-abolição e, em alguma medida, no século XXI. As análises são feitas a partir do jornal *Cidade do Rio*, de propriedade do abolicionista José do Patrocínio. Portanto, o trabalho perpassa por questões imbricadas a discussões sobre abolição, racismo, identidade, violência e crime. Buscando entender como a justiça pode ser questionada em meios de comunicação como a imprensa. E, no caso específico deste trabalho, da imprensa negra. Que se atenta para injustiças contra a população negra escravizada e liberta no pós-abolição. Por fim, busco apontar para o papel da justiça na construção de uma identidade criminosa para pretos e pretas, sendo este um dos objetivos deste trabalho. Compreendendo estes elos como parte essencial para se entender a História do Brasil oitocentista.

**Palavras-chave:** Identidade, Imprensa, Racismo, Violência, Justiça.

# Sumário

## Introdução

### **Capítulo I - Histórias de violência contra pretos na contemporaneidade ..... 12**

1.1 Evaldo dos Santos Rosa ..... 12

1.2 Marielle Franco..... 14

2. História de Violência contra pretos no Brasil Escravista.....

2.1 Violência contra corpos..... 15

2.2 Como calar a Lei..... 18

3. Violência no pós-abolição ..... 3

3.1 - A tentativa senhorial de não cumprir a lei Áurea ..... 20

3.1.2 - A vida após o 13 de maio ..... 22

### **Capítulo II**

4. Os jornais cariocas e as notícias sobre violência.....

4.1 A Cidade do Rio ..... 27

4.2 Os abolicionistas no jornal ..... 31

5. José do Patrocínio.....

5.1 Biografia ..... 47

5.2 Participação no jornal como colaborador ..... 50

### **Capítulo III**

6. Identidades Escorregadias ..... 54

6.1 Discussão Bibliográfica ..... 54

6.2 Notícias em que a cor aparece no jornal..... 57

7. Pretos perigosos no pós-abolição.....

7.1 Notícias de Crimes..... 60

7.2 Atuação da Polícia..... 63

7.3 População preta é criminosa ou vítima..... 66

8. O papel da Justiça na construção de um identidade de pretos criminosos..... 68

9. A imprensa como espaço de atuação e de construção de identidades de pretos.... 70

**Conclusão..... 72**

**Bibliografia e Fonte..... 73**

## Introdução

O tema desta monografia perpassa pelas lógicas contidas em racismo, violência, crime, imprensa e abolicionismo. Todas estas perspectivas se encontram dentro de vivências negras advindas de perspectivas pessoais e através da pesquisa com a fonte *Cidade do Rio*.

As inquietações contidas na fonte iluminam muitas questões alocadas no século XXI e apontam para injustiças que dialogam e relembram contextos do período oitocentista brasileiro. Não buscarei trazer discussões que se preocupem com esta dicotomia, mas ela estará presente em alguns momentos e contextos, e também no óculos do leitor preocupado em entender a relação presente-passado.

O interesse pela temática se dá na medida em que o jornal toma forma na defesa da perspectiva negra e se aloca na luta contra o racismo e a escravização de indivíduos negros. Diversos nomes que usarei neste trabalho ajudam a compreender a relevância do tema, cito Wlamyra R. de Albuquerque, Ana Flávia Magalhães Pinto, Lúcia Helena Oliveira Silva, Sidney Chalhoub, Robert Slenes dentre outros.

Fato é que a quantidade de temas presentes dentro do que se pode pesquisar sobre negritude no recorte do século XIX são inúmeras e perpassam por colonização, escravidão, abolição, pós-abolição, república dentre outros temas.

Neste sentido, torna-se um desafio pensar como estas temáticas se apresentam no caminho da pesquisa historiográfica. Maria Helena Pereira Toledo Machado e Flávio Gomes em uma coleção de artigos chamada *Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*, no texto “Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos”<sup>1</sup> afirmam que alguns estudos sobre a temática da escravidão se tornaram generalizantes, e no caso de alguns estudos sobre abolição, reduziram os recortes a atores que mereciam destaque.

O artigo propõe uma avaliação de caminhos, temáticas e percursos historiográficos a respeito das pesquisas sobre os períodos da abolição e do pós-emancipação, pensando conceitos como liberdade e autonomia dentro de anseios de

---

<sup>1</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*[S.l: s.n.], 2015.

escravizados e libertos. Um dos argumentos do texto é afirmar que alguns estudos estão preocupados apenas com nomes importantes da abolição, que pouco revelam sobre as ruas, a penetração das ideias e as vinculações do movimento abolicionista com trabalhadores e irmandades.

Estas afirmações de Gomes e Machado se apresentam como um desafio para as pesquisas que envolvem as temáticas citadas. Buscar novos olhares de temáticas já tão bem explanadas é um desafio. Se faz necessário aprofundar o que já está anteposto, buscando propor novas perguntas às discussões contidas em trabalhos relevantes para a História do Brasil.

Neste sentido, buscarei apontar para temáticas que perpassam esses desafios e que dialogam com nomes como José do Patrocínio e seu jornal *Cidade do Rio*. Entendendo como esta fonte dialoga com a temática de identidade, violência, crime e política.

No primeiro capítulo, busco fazer um diálogo entre as histórias de violência racial contra negros e negras a partir da morte de Evaldo dos Santos Rosa e Marielle Franco, entendendo-as dentro de um viés identitário brasileiro. Estes dois casos exemplificam a primeira defesa neste capítulo que busca entender o Brasil como um país racista. Que faz dos corpos negros, corpos que são “matáveis”. Tão assim, que podem interferir em leis que em tese trariam mais igualitarismo para a população negra no Brasil. Busco fazer estas afirmações a partir de uma bibliografia preocupada com o contexto escravista e abolicionista do século XIX, mas que ajuda a visualizar o Brasil moderno do XXI.

No capítulo 2, busco entender o lugar do jornal *Cidade do Rio* dentro das notícias de violência. Buscando compreender suas formas de anunciar um criminoso e as características dadas a ele ou ela. Um dos objetivos é demonstrar como o jornal vai se construindo a partir de uma perspectiva abolicionista e como isto vai influenciar o editorial do periódico. Em um dos tópicos, pretendi olhar para o lugar de José do Patrocínio como moderador do jornal e seu papel como parte de quem escreve as colunas diárias.

No capítulo 3, busquei aprofundar as discussões do período do pós-abolição, entendendo como as identidades contidas neste período são escorregadias. Um dos caminhos tomados foi tentar compreender o lugar da cor negra no jornal, identificando

como elas aparecem e quais os adjetivos dados à negros e negras a partir das notícias e de quem as escreve. Por último, pretendi entender a construção da imagem do negro como “perigoso”, “violento” e “desordeiro” a partir da atuação da polícia. Entendendo que esta tem um poder contido em seu discurso para dizer quem é ou não “inocente”. Por fim, busco entender o papel da justiça como construtora de identidades para a população negra, olhando para a imprensa como um contraponto às lógicas propostas em alguns contextos.

## CAPÍTULO I

### 1 - Histórias de violência contra pretos na contemporaneidade

A identidade brasileira é um tema de muitas discussões das áreas de humanidades. Seja por um viés pessoal, dentro das casas, nas escolas, nos ônibus, seja lá onde for, discute-se sobre um país de muitas faces e realidades. Desde Gilberto Freyre a Sérgio Buarque de Holanda, há um senso comum de que este é um país miscigenado, multicultural e diverso.

Entretanto, dentre as cores verde, amarela e branca da bandeira nacional, há uma perspectiva diferente para uma parcela da população brasileira. Ainda que se tente apagar, a lógica racial é um dos fatores que marcam o Brasil e sua História de violência.

Atualmente no século XXI, e anteriormente no XX, as discussões raciais têm tomado diversas mesas de bar, jantar, café da tarde e afins. Com o avanço de estudos raciais, pode-se perceber uma maior presença desse assunto “amargo” para muitos e muitas. Junto disto, a estética negra ganhou espaço na mídia brasileira e trouxe à reflexão o lugar da negritude no Brasil. Porém, esta não é a primeira vez que ela se torna uma pauta importante.

Neste interim, pode-se destacar uma narrativa racista no Brasil do século XXI. Por mais que, como já dito, tenham tido diversos avanços, não é possível afirmar que o Brasil não seja um país racista. Este país está envolvido numa lógica de racismo estrutural desde o seu descobrimento. A herança do Brasil é racista, por mais que se busque afirmar o contrário.

Neste presente trabalho, buscarei analisar e pensar estas lógicas raciais dentro da segunda metade do século XIX no Brasil. Porém, antes disso, será importante demonstrar a herança de mais de 300 anos de escravidão de negros e negras no Brasil.

#### 1.1 – Evaldo dos Santos Rosa

No dia 7 de abril de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, um homem morreu após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste.<sup>2</sup> De acordo com sites e jornais do mesmo ano, uma família de cinco pessoas estava em um carro à caminho de um chá de

---

<sup>2</sup>“Homem morre após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste do Rio” G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>> Acesso em: 13 mai. 2019.



bebê. Dentre eles estava Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, seu filho de 7 anos, sua esposa, seu sogro e uma amiga da família. Esta poderia ser uma notícia ordinária, de uma família comum do Rio de Janeiro. Não fossem os 80 tiros direcionados ao carro onde eles estavam, sendo dirigido por Evaldo dos Santos, um homem negro. Algumas pessoas da comunidade tentaram ajudar os que estavam no carro, mas foram impedidos pelo armamento pesado do exército militar.

Algumas perguntas que podem ser feitas diante de tal notícia são: por que o exército sente-se na liberdade de atirar em um carro 80 vezes, sem ao menos saber quem está dentro dele? Qual a lógica violenta que permite que isso aconteça? Como seria se o mesmo carro estivesse sendo dirigido por um pai de família branco?

São muitas as questões a serem consideradas dentro do acontecido. Porém, uma suspeita curiosa do delegado que investiga o caso<sup>3</sup>, até o dia 8 de abril de 2019, é que o carro foi fuzilado por “engano”. Não por despreparo, não por racismo, nem por segurança, mas por “engano”.

Dito isto, uma pergunta importante que buscará ser respondida neste trabalho é: alguma ação violenta contra negras e negros no Brasil escravista e pós-abolicionista é sem motivo ou inocente? Pois há de se concordar que muitas, se não todas elas, estão intrínsecas a um discurso racial violento que aprisiona, mata e sufoca a negritude brasileira. E não foi diferente no caso da família em questão.

Em uma das mais recentes pesquisas feitas pelo ISP (Instituto de Segurança Pública), em 2017, no Brasil, afirma-se que entre janeiro de 2016 e março de 2017, no Estado do Rio de Janeiro, 1277 pessoas foram mortas pela polícia.<sup>4</sup> Desse total, 581 foram identificadas como pardas, 368 como negras e 141 como brancas.

Tais dados não advém do acaso ou do engano, mas de um projeto de país dado aos afrobrasileiros. O sistema, que é racista, mata mais pessoas pretas do que brancas. Este é um fato que não se pode questionar. Está colocado como uma realidade para muitos países. Neste caso, a pesquisa fala sobre o Rio de Janeiro, que têm uma série de

---

<sup>3</sup> “Delegado diz que 'tudo indica' que Exército fuzilou carro de família por engano no Rio” G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou-carro-de-familia-por-engano-no-rio.ghtml> > Acesso em: 13 mai. 2019.

<sup>4</sup> “9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos” UOL. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/rj-9-em-cada-10-mortos-pela-policia-no-rio-sao-negros-ou-pardos.html> > Acesso em 13 de mai. 2019.

mortes em favelas e outras periferias onde acontecem carnificinas e prisões arbitrárias da polícia civil e militar, e mais recentemente do Exército, que atuou diretamente na morte de Evaldo e sua família.

## **1.2 – Marielle Franco**

No ano anterior à tragédia com a família de Evaldo Santos, um assassinato tomou grandes proporções num Brasil que enfrentaria pela frente um ano de eleição e mudanças econômicas. No dia 14 de março de 2018, a vereadora pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Marielle Franco, negra, foi morta a tiros na região central do mesmo Rio de Janeiro dos 80 tiros. Junto dela também estava o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, que também foi baleado e morreu.

Para se ter dimensão da importância racial do assassinato de Marielle Franco, é importante conhecer sua trajetória. Vereadora eleita com 46 mil votos, negra, mãe, criada em área periférica no Complexo da Maré,<sup>5</sup> era uma líder política que lutava pelos direitos humanos. Seu posicionamento era contrário à intervenção federal que vinha acontecendo na cidade. Ela também era relatora na comissão da Câmara dos Vereadores que fiscaliza a atuação da intervenção federal nas comunidades periféricas a partir das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora).

Suas ações na política não se limitam a estes episódios, mas pode-se dimensionar a importância da sua pessoa para as comunidades negras do Rio de Janeiro a partir de seu trabalho nas favelas. Marielle Franco se posicionava em defesa do direito de mulheres, de negros e negras, de um dos lugares mais violentos do Brasil no século XXI. Mesmo que ela estivesse dentro da lógica política, como vereadora, que estava fazendo seu trabalho como funcionária pública, não escapou a ser mais um número que aumenta a lista de negras mortas pela sistema branco elitizado.

O diálogo entre essas duas notícias contemporâneas na segunda década dos anos 2000 se dá a partir das seguintes palavras: racismo, negritude, poder e violência. Evaldo Santos e Marielle Franco carregavam em si uma cor que, num país racista, atrai violência. Marielle Franco não foi morta apenas por denunciar e enfrentar poderosos, mas por carregar em sua pele uma cor que não se costuma ver em cargos políticos ou

---

<sup>5</sup> “Quem foi Marielle Franco” SUPER ABRIL. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/quem-foi-marielle-franco-a-vereadora-executada-no-rio/> > Acesso em 13 de mai. de 2019.

enfrentando poderosos milicianos. Seu corpo, assim como o do músico morto na frente do filho de 7 anos, sempre foram alvos de exceção e silenciamentos.

Tais acontecimentos contam sobre um Brasil que sempre usou da violência para manter os corpos sob o controle dos mais fortes. Dito isto, é importante perceber o lugar da violência na escravidão brasileira, pois esta é uma herança que o Brasil carrega em sua identidade e deságua em episódios como os descritos.

## **2 - Histórias de violência contra pretos no Brasil escravista**

### **2.1 - Violência contra corpos**

Um dos livros mais importantes para se pensar as lógicas de excesso contra escravos e escravas é o *Campos da Violência*, de Silvia Lara. Seu ponto de partida é Campos dos Goitacazes, no período de 1750 à 1808, quando ela buscará compreender a engrenagem de dominação senhorial sobre os cativos, tendo a violência como ferramenta inerente à lógica escravista.<sup>6</sup>

Um capítulo importante para a temática tratada neste trabalho monográfico é “O Castigo Exemplar”<sup>7</sup>. O objetivo do capítulo é identificar os métodos de castigo como forma de dominação<sup>8</sup>. O argumento da autora é o de que o senhor de engenho precisa exercer poder sobre os escravos e reafirmar sua posição através dos castigos, quando haverá controle e submissão dos escravos.

Ao tratar sobre os corpos dos escravos, a autora afirma que este era um lugar de muitas inscrições. Na África, como livres, o corpo dos africanos poderia ser objeto de inscrições rituais, mas o processo de escravização os marcava de forma inconfundível. Citando Luiz Antônio de Oliveira Mendes, Silvia Lara afirma:

“Decodificados por traficantes e colonizadores, estes traços informavam, portanto, da origem da “peça”, e a eles outros se juntavam. Ao serem escravizados, os africanos recebiam o sinal de quem os levava ao Porto marítimo e “aí tornam a ser marcados no peito direito com as Armas do Rei, e da Nação, de quem ficam sendo vassalos, e vão viver sujeitos na escravidão; cujo sinal a fogo lhes é posto com um instrumento de prata no ato de pagar os Direitos: a esta

---

<sup>6</sup> LARA, Silvia H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>7</sup> LARA, Silvia H. “O castigo exemplar”. In: *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 73-96.

<sup>8</sup> *Ibidem*. Pág. 83.

marca lhe chamam *Carimbo*. Sofrem mais outra marca, ou carimbo, que a fogo também lhes manda pôr o privativo senhor deles, debaixo de cujo nome e negociação eles são transportados para o Brasil.” [...] Assim as marcas rituais africanas, a própria cor da pele, os diversos carimbos colonizador, do traficante e do senhor eram signos que traduziam o ato de poder envolvido na escravização e diziam da qualidade e propriedade do africano tornado mercadoria.”<sup>9</sup>

A citação consideravelmente grande se faz necessária, pois ela diz muito de uma lógica que vem a justificar as violências contra pretos no Brasil. De acordo com a autora, citando Ribeiro Rocha, havia “surras iniciais” que eram dadas, quando o escravo chegava ao engenho, castigos exemplares que deixavam cicatrizes para que eles se reconhecessem como submissos. Ela afirma ainda que a quantidade de cicatrizes provindas dos açoites e as marcas dos troncos identificavam a qualidade do escravo e o nível de sua submissão.<sup>10</sup> Era como um texto impresso que podia ser lido no corpo dos escravos, e que indicava duas interpretações: afirmação senhorial e submissão.

Quando lida pelos escravos, as marcas no corpo se tornavam um impedimento ao esquecimento de sua condição de cativo. De acordo com Silvia Lara, a marca exemplar imprimia no escravo o medo da rebelião e da inflexível dominação senhorial, a que estava submetido, sendo este um instrumento para continuidade da exploração escravista.<sup>11</sup> A conclusão que a autora chega é que o castigo é um instrumento de poder, que está voltado para o futuro.

O castigo exemplar marcava, reativava e dava condições de continuidade ao poder daquele senhor específico, sobre escravos específicos, disciplinando e produzindo um trabalhador particular.<sup>12</sup> Tal perspectiva apontava para o futuro, porque prevenia rebeliões, atemorizando possíveis revoltosos e conservando os escravos. “Como uma guerra, implicou luta: confronto de seres diferentes, de saberes diferentes. Como uma guerra: conquista, dominação, exploração.”<sup>13</sup>

A análise produzida por Silvia Lara ajuda a entender a lógica a qual o Brasil está inserido politicamente desde a escravidão e anteriormente a ela. Ao matar negros e

---

<sup>9</sup> Ibidem. Pág. 87.

<sup>10</sup> Ibidem. Pág. 87

<sup>11</sup> Ibidem. Pág. 88.

<sup>12</sup> Ibidem. Pág. 96.

<sup>13</sup> Ibidem. Pág. 96.

pretos e não se fazer nada a respeito juridicamente, buscando encontrar as causas responsáveis pela violência racial, entende-se que este é um contexto confortável para muitos políticos e cidadãos. Quando um pai preto morre com 80 tiros sendo direcionados ao seu carro, ou uma vereadora negra militante dos direitos humanos é assassinada friamente a mando de poderosos, entende-se que as “marcas” ainda estão fazendo sentido no século XXI. O castigo exemplar, ou no caso, as mortes exemplares, dão um recado à população negra, que não deixa esquecer o lugar de subalternidade dado aos indivíduos racialmente excluídos. Ou seja, a lógica ainda é a mesma, mas com relações, motivações e porquês diferentes.

Os corpos negros são considerados corpos matáveis, desqualificados, maus e ruins. As narrativas seletivas constroem a imagem de negros violentos e perigosos. Usa-se de aparelhos repressivos e punitivos para silenciar corpos como o de Marielle, pois na hierarquia social ela é considerada um corpo “matável” por causa de sua cor.

Dentro disto, a autora Silvia Lara ajuda a pensar, a partir de dois dossiês em específico, sendo eles: “Racismo: história e historiografia”<sup>14</sup> e “Por escravos e libertos”<sup>15</sup>, como o racismo se apresenta nos estudos historiográficos. Ela afirma que o racismo, em muitos estudos sociais, tornou-se um fato decorrente da escravidão, ganhando certa naturalidade e constituindo uma prática que está permanentemente no passado.<sup>16</sup>

A abordagem característica da história social faz com que a compreensão da história do racismo seja repensada a partir das relações entre escravidão e liberdade. Sidney Chalhoub é um exemplo, pois o autor aborda a experiência dos libertos ao longo do século XIX, mostrando que o Brasil tinha a maior taxa de alforrias e isso não significou uma distensão nas relações sociais.

Ou seja, de acordo com os estudos mais recentes, mais do que a escravidão ou a exploração escravista, era a liberdade, durante a vigência da escravidão e depois da abolição, que provocava tensões. As conquistas dos ex-escravos e suas reivindicações colocavam em dúvida as políticas tradicionais do domínio senhorial.

---

<sup>14</sup> LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Racismo: História e Historiografia. Pág. 14-18.

<sup>15</sup> LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Por escravos e libertos. Pág. 13-18.

<sup>16</sup> LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Racismo: História e Historiografia. Pág. 16.

Robert Slenes, autor que também trabalha a temática da escravidão, colabora em mostrar a incorporação dos estudos africanistas. Ele afirma que estes estudos são capazes de proporcionar a desconstrução de paradigmas tradicionais na área das ciências humanas e sociais.

“O racismo deixa de ser um conjunto de ideias ou um “fato”, que pode ser linearmente explicado, para enraizar-se no terreno das relações conflituosas entre sujeitos historicamente situados, mudando ao longo do tempo”<sup>17</sup>

O segundo dossiê organizado por Silvia Lara, sobre escravos e libertos, afirma que é importante não buscar tratar simplesmente da história da escravidão e da liberdade no Brasil. Mas sim do modo como homens e mulheres enfrentaram o domínio senhorial e buscaram a liberdade. De acordo com a autora, é importante compreender o que o cativo e a liberdade significaram na vida dos indivíduos, em seus próprios termos e avaliações.

Estas perspectivas são importantes para este trabalho, pois demonstram o lugar da escravidão e da liberdade como pautas relevantes na construção do Brasil. Não somente a partir da lógica do cativo, mas também pelos óculos da liberdade.

Pois o racismo se desloca para todos os lugares onde a cor negra está, por isso ele é estrutural. No caso do Brasil oitocentista a lógica é a mesma, pois seja em José do Patrocínio, uma figura política importante e de renome ou de um liberto que foi preso por práticas religiosas africanas em lugares públicos, por exemplo, o discurso racial está presente para os dois. Não vai se apresentar da mesma forma, pois são corpos diferentes e realidades distintas. Mas tem a dimensão do racismo que está enraizado nas relações humanas, como afirma Silvia Hunold Lara. Ainda de acordo com ela “o estudo de um tema como o do racismo é sempre uma atitude política – no passado, e no presente.”<sup>18</sup>

## **2.2 Como calar a lei**

É necessário compreender que a violência exercida contra africanos escravizados no Brasil não se restringia aos castigos físicos. Nesse sentido, em *A força da*

---

<sup>17</sup> Ibidem. Pág. 17.

<sup>18</sup> LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Por escravos e libertos. Pág. 18.

*escravidão*<sup>19</sup>, Sidney Chalhoub cria uma relação entre a precarização da liberdade de pardos e pretos e a escravização ilegal que cresceu, depois de ser aprovada a lei de 1831, que decretava o fim do tráfico negreiro para o Brasil. Seu recorte passa pelos anos de 1830 à 1860, com um foco maior no Rio de Janeiro.

Chalhoub trata do descumprimento da lei de 1831, que ameaçava o retorno de muitos pretos e pretas livres ao cativo. Aqui têm-se uma prova de que mesmo quando o Estado busca trazer igualitarismo para as relações raciais no Brasil oitocentista, as lógicas senhoriais impedem.

Em meados de 1837, o Senado imperial iniciava a discussão de uma proposta para revogar a lei de 1831. Encabeçada pelo marquês de Barbacena, o projeto tinha como defesa firmar a ineficácia da presente lei, defendendo a ideia de que esta não vinha sendo cumprida, afirmava-se que ela era contrária à própria natureza daquela sociedade<sup>20</sup>. A proposta era promover o “completo esquecimento” do passado, quando os fazendeiros haviam comprado escravos ilegalmente, e anistia-los. Segundo o autor, “nenhum fazendeiro seria responsabilizado por comprar africanos recém chegados, pois cabia ao governo impedir que pudessem fazê-lo.”<sup>21</sup>

Para burlar as leis, Chalhoub afirma que o ensino do português aos africanos, assim que chegavam, foi largamente utilizado para que fossem considerados como “antigos” no país pelas autoridades, pois havia tempo suficiente inclusive para aprender a língua. O autor afirma que muitos negros livres foram presos, confundidos como escravos pela polícia, permanecendo na cadeia, pois não tinham documentos que comprovassem sua situação. Sendo esta uma consequência das práticas de fiscalização adotadas pela Corte, a mando de Eusébio de Queiroz. Este considerava que era mais razoável, a respeito dos pretos, presumir a escravidão.<sup>22</sup>

A lei de 1831 sofreu ataques fortes, porque era necessário legitimar a grande quantidade de escravos ilegais que adentraram no país até a lei Eusébio de Queiroz em 1850. O fato da primeira lei não ter tido o mesmo sucesso que a de Eusébio de Queiroz, não foi por mero acaso, mas por interesses econômicos. O governo brasileiro ao decretar o fim do tráfico, em 1850, conseguiu erradicar o mesmo em cerca de 2 anos,

---

<sup>19</sup> CHALLHOUB, Sidney A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista / Sidney Chalhoub. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>20</sup> Ibidem. Pág. 76

<sup>21</sup> Ibidem. Pág. 76.

<sup>22</sup> Ibidem. Pág. 228.

fechando as zonas de negociação de escravos rapidamente, demonstrando que era apenas uma questão de interesses, não por complexidade.

Assim como em Silvia Lara, a violência também está presente no contexto da lei de fim do tráfico, trabalhado por Sidney Chalhoub. Este é um tipo de violência que, diretamente, não atinge o corpo, como o chicote no castigo exemplar. Mas violenta a possibilidade de liberdade e fim do comércio de vidas humanas. Busca-se calar a lei, inscrevendo nos pretos e pretas que eles não têm voz suficiente para serem ouvidos, mesmo que houvesse uma lei que proibía o comércio de seus companheiros e companheiras.

Nos dois casos a violência está intrínseca e é o mote da lógica nas relações oitocentistas entre brancos e negros. Ela vai pautar um princípio de servidão, pois haverá alguém que manda e outro que obedece, ou quem levanta o chicote e quem é atingido por ele. E esta lógica sustenta o mundo da escravidão.

Um lugar de submissão é dado a escravos e ex-escravos antes da abolição e anteriormente ao fim definitivo do tráfico negreiro. Conceder e formar este lugar no mundo foi uma forma de violentar direitos e conservar privilégios senhoriais e escravistas. Lugar este dado até hoje aos afrodescendentes no Brasil através de uma estrutura racista. Os negros continuam sendo parte de um país que escolhe apagar a herança africana de sua história. E estes são resquícios que advém de uma escravidão que deixou e deixa marcas em todas as épocas da história do Brasil, até mesmo quando ela “chegou ao fim” com o 13 de maio de 1888.

### **3 - Violência no pós-abolição**

#### **3.1 - A tentativa senhorial de não cumprir a lei Áurea**

Nesse sentido, um trabalho importante para as discussões feitas é o de Wlamyra Albuquerque, mais especificamente o segundo capítulo de seu *O jogo da dissimulação*, chamado “Não há mais escravos, os tempos são outros: Abolição e hierarquias raciais no Brasil.”<sup>23</sup> Seu objetivo neste texto é analisar como o fim da escravidão ofereceu, desestabilizou ou reestruturou a arquitetura social do século XIX, especialmente na região da Bahia, sem, no entanto, deixar de perceber o restante do país.

---

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE. Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil” in *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 94-139.



Sabe-se das muitas movimentações pró emancipação, como foi o movimento abolicionista. De acordo com ela, muitos senhores usam de “benevolência” na tentativa de manter a sua condição de mando às vésperas da abolição<sup>24</sup>. Muitos não estavam dispostos a se desfazer dos escravos que lhes restavam sem a garantia de indenização ou mecanismo de continuidade das relações escravistas.

Havia ainda, de acordo com a pesquisadora, o risco de perda de controle provocada por causa da libertação imediata dos escravizados. Ela cita que a polícia da Bahia, após o 13 de maio, foi direcionada para a proteção dos senhores e autoridades que corressem mais perigo. Dando a dimensão de um Estado que servia e dialogava com os mais ricos e donos de terras, preocupando-se com a segurança destes. Por fim, estes protegidos ainda culpavam a campanha abolicionista e a incompetência repressiva pela situação gerada.<sup>25</sup>

Têm-se aí a dimensão da importância da lei de 13 de maio para a desestabilização social que atingiria o país. Que terá raízes mais profundas, pode-se supor, entre os negros e negras livres depois da abolição. De acordo com ela, “(...) o fim da escravidão não representou apenas a perda de propriedade, mas das referências fundamentais na constituição da identidade dos proprietários de terra e escravos.”<sup>26</sup>.

O fim da escravidão gerou uma mudança ferrenha nas raízes profundas que sustentavam aquela sociedade. Os mais otimistas, de acordo com Albuquerque, entendiam que a abolição inaugurava um tempo de reformas econômicas e “morais”, sem muitos prejuízos. O clima de paz, no entanto, foi ilusório.<sup>27</sup> Até mesmo a sensação de libertação definitiva dos escravos naquele momento pode ser relativizada, pois a lei de 13 de maio deu alforria a alguns, mas a grande maioria deles já havia conquistado a liberdade por outros caminhos. Apesar disso, essa lei não pode ser considerada apenas a partir dos números produzidos. Precisamos entender também como sua redação, excluindo a possibilidade de indenização aos antigos proprietários e também as amarras de reverência e gratidão aos senhores, impactou profundamente as relações sociais.

Ao ver que se aproximava a abolição, de acordo com Wlamyra Albuquerque, muitos senhores decidiram usar de “benevolência”, concedendo alforrias coletivas. Esta

---

<sup>24</sup> Ibidem. Pág. 104.

<sup>25</sup> Ibidem. Pág. 108.

<sup>26</sup> Ibidem. Pág. 125.

<sup>27</sup> Ibidem. Pág. 95

ação era uma tentativa de manter a sua condição de mando às vésperas da abolição<sup>28</sup>. Buscava-se então manter o *status quo* dos lugares de privilégio no Brasil do XIX, mesmo com o fim da escravidão, numa clara tentativa de burlar a importância da data.

A população negra, após a declaração do fim do cativo, promovia festas e alterações da ordem. Revolviam antigas pendências com ex-proprietários e deixavam claro que as consequências da lei poderiam ser diferentes das desejadas pelos proprietários e pelas autoridades.<sup>29</sup>

Dentro desse contexto, os proprietários donos de terra culpavam a campanha abolicionista e a incompetente repressão à situação, pois na visão deles a polícia deveria ser capaz de empreender uma política de coerção e vigilância contra negros e negras; tudo isto colaborava para a fragilidade da autoridade dos senhores que se tornava cada vez mais evidente na Bahia.

Usando como fonte a imprensa negra da época, Albuquerque afirma que a abolição gerou agitação entre os dias 11 e 18 de maio, em Salvador: fogos, vivas, comércio fechado, bailes e saraus, e essa profusão de alegria preocupava senhores e a polícia. As tentativas de silenciar a Lei Áurea foram inúmeras. O fato de se ver com maus olhos as celebrações do fim do cativo já diz muito sobre uma sociedade que não gostaria de ver a ordem escravista alterada, e por isso vão buscar formas de silenciar ou reescrever essa história com o dedo branco no pós abolição.

### **3.1.2 - A vida após o 13 de maio**

Um dos pontos a serem trabalhados nesta monografia são as relações entre senhores e libertos depois do fim do cativo. A ordem da sociedade, alterada após o 13 de maio, é um dos objetos de pesquisa. Pois ela muda as relações que já estavam colocadas e as consequências disso são sentidas e percebidas até o século XXI.

Uma autora importante para este debate é Lúcia Helena Oliveira Silva em seu livro *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro Pós-Abolição (1888-1926)* mais especificamente o primeiro capítulo “Após o 13 de maio... A convivência entre libertos e imigrantes de São Paulo”<sup>30</sup>. O objetivo do capítulo é compreender as motivações que

---

<sup>28</sup> Ibidem. Pág. 104

<sup>29</sup> Ibidem. Pág. 107,

<sup>30</sup> SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016.

levaram parte da população negra paulista a migrar para a cidade do Rio de Janeiro, deixando para trás o estado mais promissor, em termos econômicos, na época.

Para dimensionar o contexto do Brasil no pós-abolição, a autora traz, a partir do trabalho com fontes produzidas pela imprensa paulista, a dimensão de uma São Paulo de 1897 que tinha uma população negra em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a autora, não houve incentivos governamentais para apoiar os libertos, perpetuando-se os estereótipos negativos remanescentes da escravidão que os desqualificavam da condição de trabalhador preferencial e único por tanto tempo.<sup>31</sup>

Neste contexto, em 24 de agosto de 1909, na região de Campinas – SP, na cidade de Amparo, fazenda Boa Vista, um crime constata a convivência entre brancos e negros libertos após a abolição. Uma mulher negra, de nome Carolina foi morta por sua vizinha Cicilia, branca, que até então era apenas uma testemunha, e dizia que a vizinha se envolvia com “bruxedos e feitiçarias”<sup>32</sup>. Indícios corroboram com a ideia de que continuavam a vigorar formas discriminatórias de tratamento para os ex-escravos e seus descendentes, prova disto é a forma como Cicilia trata as práticas religiosas de sua vizinha. De acordo com Lúcia Helena Silva, esta era uma forma estratégica para se manter inalterada a hierarquia social e étnica construída e sedimentada nos tempos de escravidão.

O motivo do assassinato teria sido uma possível “feitiçaria”, na versão da acusada, por parte de Barbara. Este episódio, de acordo com a autora, revela os códigos daquela sociedade. As duas mulheres estavam em uma situação de vulnerabilidade social, que colocava imigrantes e negros, que moravam nas zonas rurais do Brasil, uns contra os outros, pois havia um intenso convívio entre ex-escravos e seus descendentes e imigrantes. Estes teriam que conviver com novas práticas culturais e formas de vida, pois compartilhavam, em alguns contextos, do mesmo lugar na hierarquia social. Neste sentido Lúcia Helena Silva argumenta:

“Há também um aspecto importante a ser pensado a partir do crime de Carolina que é a presença dela e de sua família na fazenda de café como colonos. Não conhecemos trabalhos que falem sobre a participação do negro no sistema de colonato, mas as pesquisas que discorrem sobre esta forma de contrato de trabalho, vinculam

---

<sup>31</sup> Ibidem. Pág. 21.

<sup>32</sup> Ibidem. Pág. 35.

majoritariamente o imigrante neste tipo de sistema de produção. (CF. COSTA, 1982; STOLCKE, 1986; HOLLOWAY, 1984) Segundo Thomas Holloway, “os brasileiros de pele escura sofreram preconceitos e discriminação, tanto na mão dos fazendeiros quanto na dos imigrantes, e os caipiras e ex-escravos eram relegados a papéis marginais na sociedade rural da zona cafeeira” (HOLLOWAY, 1984, p. 160-161) Assim, o crime da fazenda Boa Vista, na cidade de Amparo, desvendava algumas faces de uma vivência até então desconhecida, e indicava que a convivência de afrodescendentes e imigrantes alternava alianças e conflitos.”

Ou seja, relações novas iriam surgir a partir do convívio. E o racismo e a violência não estavam fora disso. Se os negros tinham que fugir do senhor na escravidão para não apanhar ou serem castigados, no pós-abolição eles teriam que fugir de novas formas de opressão, de novos senhores, mesmo que esses não detivessem o poder monetário. Estava sob sua pele uma forma de poder hierarquizado, mesmo não fazendo parte da hierarquia econômica, estavam dispostos a resguardar a posição senhorial dada pela cor. No país da virada do século XIX para o XX, ser branco era um privilégio.

Neste sentido, Lúcia Helena Silva dialoga com Wlamyra Albuquerque, pois esta trata de abolição e cidadania no Brasil, como dito já acima. Ela vai afirmar que a intenção das elites era fazer transbordar para a sociedade pós-abolicionista as regras sociais do mundo escravista.<sup>33</sup> O fim da escravidão representou a mudança de referências fundamentais, e isto significa, de acordo com ela, a complexidade do enredo da abolição. Pois ela produziu a ruptura das relações escravistas e por outro lado o empenho pela continuidade das hierarquias nela construídas.

Há então diversas tentativas de cerco às práticas culturais dos afrodescendentes. De acordo com Albuquerque, a polícia recebeu, no contexto por ela analisado, um grande número de pedidos ao chefe de polícia para reprimir sambas e candomblés. Nas comemorações da abolição, a categoria “vadio” era usada para designar o negro.

---

<sup>33</sup>ALBUQUERQUE. Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil” in *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 123.

Eventos não oficiais em celebração ao 13 de maio, que contavam com tambores, eram entendidos como uma exaltação lógica do não-trabalho, da “vadiagem”.<sup>34</sup>

Outra fonte usada por Lúcia Helena Silva, tratando da relação entre libertos e ex-escravos<sup>35</sup> no pós-abolição é o depoimento de um afrodescendente chamado Henrique Cunha. Ele conta a história dos tios, que moravam na cidade de Pindamonhangaba. Lá, no início do século XX, começaram a chegar os circos, e nas apresentações os palhaços usavam de insultos racistas para “entreter o público”. E isto começou a acontecer a partir do momento em que os afrodescendentes alcançaram igualdade jurídica e puderam competir com a população branca no mercado de trabalho.

Para os tios do entrevistado, os palhaços haviam passado dos limites com a ridicularização de negros e negras num discurso “humorístico”. A comunidade de negros passou então a desejar dar um castigo exemplar para reverter este quadro<sup>36</sup>. Planejaram um ataque ao circo, principalmente ao palhaço. Entretanto a polícia descobriu e colocaram-se a postos no dia seguinte no circo para impedir qualquer ação.

Tal episódio demonstra que os negros e negras libertos pela abolição não tinham defesa em alguns contextos. Se fossem até a polícia para pedir uma ação preventiva seriam rechaçados ou ignorados, se buscavam justiça com as próprias mãos eram impedidos do mesmo modo. Ou seja, estavam encurralados dentro de uma estrutura racista. Tanto o é que para tentar fugir desta lógica, os tios do entrevistado precisaram se mudar para São Paulo, fugindo do episódio e buscando melhores condições de trabalho.

Ao se pensar em escolarização, por exemplo, de acordo com Lúcia H. Silva, existiam várias formas de impedi-la. Para a comunidade negra a educação era um dos meios essenciais para a obtenção de melhores condições de vida, mas boa parte da parcela negra da população ficara de fora desse processo de escolarização.

Neste sentido, uma reflexão importante para se fazer nesta monografia é o que se entende pela palavra “violência” no pós-abolição. A referência a esta palavra nos jornais é sempre entendida como espancamento, morte, ferimentos, linchamentos e outros. Entretanto, é importante alargar a visão sobre o significado da mesma. Pois ela

---

<sup>34</sup> Ibidem. Pág 132-133.

<sup>36</sup> Ibidem. Pág. 53.

não vai se apresentar somente a excessos ligados a uma perspectiva física, mas numa lógica que adentra ao mundo das ideias, do comportamento, da privação de direitos. Se faz necessária a compreensão de que estas também são formas de violência.

Outro trabalho relevante para esta reflexão é o de João Paulo Barbosa, intitulado “O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)”. No capítulo 3 da sua tese de mestrado, chamado “Da morte de negros à hipótese do linchamento”, o autor afirma que muitos casos de linchamentos e crimes foram denunciados no pós abolição contra negros, sem fortes explicações aparentes descritas nos jornais.<sup>37</sup> Dentro disto, o autor faz a seguinte pergunta: “Se antes o negro era agredido por ser escravo, o que alimentaria essa agressão posterior?”<sup>38</sup> Ou seja, antes havia o argumento da escravidão para se justificar os linchamentos. Mas agora, com a liberdade em mãos, o que levava aos excessos?

Excessos esses que poderiam se apresentar não somente na dimensão de casos que terminaram em morte, mas no negar a educação escolar, negar o trabalho, a cidadania e a participação popular. A falta destas visões para o mundo do negro no pós abolição constrói uma vivência de racismo e violência.

A violência que buscava e busca deixar o negro num lugar de subalternidade é uma das respostas para o contexto de pós-emancipação, pois ela é a forma de impedir o deslocamento dos libertos e libertas para uma classe em que pudessem adquirir poder, direitos igualitários e uma vida de liberdade no Brasil do século XIX e XX.

## **CAPÍTULO II- Os jornais cariocas e as notícias sobre violência**

### **4.1 – A Cidade do Rio**

---

<sup>37</sup> BARBOSA, João Paulo. O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

<sup>38</sup> *Ibidem* Pág. 73.

Uma fonte de pesquisa fundamental para estudar a História do Brasil referente aos últimos anos do século XIX é a imprensa. É possível citar aqui uma bibliografia vasta, que trata da relevância deste instrumento na disseminação de ideais democráticos e humanitários, ou quando não, o contrário. Fato é que para o bem ou para o mal, sua relevância é inquestionável na formação e deformação da cidadania.

Neste sentido, não é possível deixar de citar Tânia Regina de Luca, em seu texto “História dos, nos, e por meios dos periódicos”<sup>39</sup>, no qual ela argumenta que a defesa de ideias e a intervenção nos espaços públicos fora uma das características principais da imprensa brasileira no século XIX. Tanto o é que, de acordo com ela, esta teve papel relevante em momentos políticos decisivos.<sup>40</sup>

Para o contexto anterior ao 13 de maio de 1888, a imprensa serviu como ferramenta de sustentação da escravidão em alguns momentos. Sendo, em alguns casos, disseminadora de anúncios de fugas, ou tendo uma perspectiva racista da população negra. Ou, em outros momentos, com jornais que tinham um posicionamento antirracista forte e que divulgavam suas ações contrárias a visões antes naturalizadas.

É essencial visualizar a imprensa como agente político e histórico, que atua como construtora da realidade social, e que, especificamente no contexto deste trabalho, vai participar da construção da cultura política brasileira através de um recorte racial. Neste sentido, valem os seguintes questionamentos para entender o papel dela no século XIX: Quais interesses ela tem e por quem e através de quem ela fala? Quer formar opinião de acordo com quais interesses? O que este instrumento gera em seus leitores?

Vale a pena ainda trazer à discussão um conceito crucial para a historiografia atual no Brasil nos estudos sobre negritude no século XIX: a *imprensa negra*. Uma reflexão importante é que, se há uma imprensa *negra*, temos então, do outro lado, logicamente, uma imprensa branca, que corresponde a esses interesses.

Sabendo disso, o verbete escrito por Petrônio Domingues, intitulado “Imprensa Negra”, para o *Dicionário da Escravidão e Liberdade*<sup>41</sup> ganha sentido. De acordo com o pesquisador, um jornal importante e que marca parte do início de uma imprensa negra combativa é o periódico *O Mulato ou O Homem de Cor*, fundado por Francisco de

---

<sup>39</sup> LUCA, Tânia Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSK, Carla Bassanezi, Et. Al. (orgs.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. PP. 111-153.

<sup>40</sup> Ibidem. p.134

<sup>41</sup> GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. DOMINGUES, Petrônio. “Imprensa Negra”. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Paula Brito, em novembro de 1833, no Rio de Janeiro. O periódico criticava as autoridades, recorrendo ao anonimato dos redatores. Outros jornais apareceram naquele mesmo ano, como o *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*, e só foram possíveis graças à atuação de “homens livres de cor”, como Francisco de Paula Brito.<sup>42</sup>

Esses homens se tornaram uma das principais vozes a reivindicar a igualdade racial. Ainda de acordo com o autor, tais periódicos eram distribuídos nas associações recreativas, cívicas, beneficentes e culturais da comunidade negra. Ele afirma que o ideal prevalecia sobre o lucro<sup>43</sup>, pois para eles em muitos casos o compartilhamento de perspectivas libertárias era mais relevante do que necessariamente o retorno monetário.

É de suma relevância, então, compreender o lugar da imprensa negra como um agente político dentro das vivências dos escravos, ex-escravos e libertos, seja antes ou após a abolição. De acordo com Domingues, a produção de periódicos lhes proporcionava um espaço que não teriam em outros meios de comunicação. Era também um lugar de vivência e escrita própria de suas histórias e que se organizava em prol de direitos e cidadania para a população negra.

“...a imprensa negra é um veículo em que rostos e vozes afro-brasileiras ocupam a esfera pública para expor, pela escrita ou imagética, suas ideias, narrativas, demandas, subjetividades, estéticas corporais, seus problemas, dilemas, heróis, mitos e utopias redentoras.”<sup>44</sup>

É provável que parte dos jornais de grande circulação da época tinha negros e negras trabalhando em sua produção. Entretanto, estes não ficaram conhecidos por meio deles. Um exemplo é o fato de que não se sabe quem é José do Patrocínio, militante negro, somente por suas colunas escritas no jornal *Gazeta de Notícias*. Sua relevância se dá principalmente, e de forma mais clara, quando ele passa a atuar fortemente na luta abolicionista e a partir de suas próprias narrativas em jornais nitidamente abolicionistas e negros. Espaço que ele não terá em jornais como a *Gazeta*.

---

<sup>42</sup> Ibidem. Pág 253 e 254.

<sup>43</sup> Ibidem. Pág. 256.

<sup>44</sup> Ibidem. pág. 259.



Por isso, se faz necessário entender a imprensa negra do século XIX. Mais especificamente a produzida nos anos 1880, um período de ebulição da temática de liberdade e cidadania a partir da imprensa negra. Essa dicotomia e análise se fazem necessárias dentro de uma realidade que por muito tempo priorizou os discursos colonizadores.

Nesta tentativa de dicotomia, pode-se entender que estou considerando a imprensa negra como algo à parte dos outros periódicos e de suas relevâncias como um todo. Porém, a tentativa aqui é analisar o lugar de destaque de uma história escrita por indivíduos negros e negras, que tiveram seus próprios jornais, suas próprias narrativas e os ideais que eles queriam que fossem disseminados. Desviando o olhar historiográfico de uma lógica branca por si só, mas usando dela e outras perspectivas para florescer identidades e combates pretos.

#### **4.1 – A *Cidade do Rio***

Neste sentido, um periódico importante para entender esta perspectiva é o *Cidade do Rio*, folha fundada pelo abolicionista José do Patrocínio. Criado em setembro de 1887, o jornal teve grande relevância no cenário político do fim dos anos 1880.

Nas primeiras edições do *Cidade do Rio* (1887), já havia o apoio de diversos outros jornais que ofereceram saudações ao novo periódico. Alguns deles são: *Diário Popular de SP*, *Diário de Campinas*, *Correio Paulistano*<sup>45</sup>. Ou seja, a causa abolicionista e o próprio jornal, já vinham ganhando corpo logo em seu início. E esse reconhecimento do jornal em outros periódicos já consolidados em diversas regiões do país, dava ainda maior visibilidade à causa abolicionista e a seu dono José do Patrocínio. Demonstrando também as interligações da causa emancipatória brasileira, tendo assim um abolicionismo plural e interligado.

O jornal conta com uma capa, logo em suas primeiras edições, que traz o nome de José do Patrocínio, o dono, em formatos grandes e visíveis, contendo, em média, 4 páginas divididas entre assuntos como: escravidão, abolicionismo, governo, política, eleições, lazer, propaganda e outros.

---

<sup>45</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 8, 8 de out. 1880.

Desde seu início, o periódico dá sinal de seus objetivos claros em defesa de direitos a indivíduos escravizados. Seus dois primeiros números<sup>46</sup> se remetem a esportes, reprodução de boas vindas de outros jornais, notícias sobre a faculdade de medicina, notícias sobre abolicionistas e outros fatos. Com o encaminhamento da pesquisa foi possível perceber o tom de enfrentamento que os colunistas estavam dispostos a defender, logo nos primeiros números publicados.

O posicionamento político do jornal, em colunas fixas diárias, desde 1887, demonstra contra o quê o jornal se colocava. Pouco tempo depois do seu início, há um acontecimento que deixa ainda mais clara esta minha afirmação e o seu posicionamento diante do contexto da escravidão.

A notícia se deu em torno de um ataque policial à tipografia *Vinte e Cinco de Março*, na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, tendo grande destaque ao serem reproduzidas. O fato ocorreu entre os dias 25 de outubro de 1887, segunda-feira, e 26 do mesmo mês, numa terça-feira. O jornal atacado fora fundado por Luiz Carlos de Lacerda, na cidade de Campos, marcada pelo domínio de senhores escravocratas.

Um fato relevante é o de que o nome do jornal em questão deve-se à abolição antecipada ocorrida na província do Ceará, justamente no dia 25 de março de 1884. O que é bastante simbólico para a fundação de mais um jornal abolicionista àquela década.

Dito isto, em 26 de outubro de 1887, o jornal de Patrocínio noticia à invasão da polícia ao referido jornal. O relato é de que os ataques se iniciaram já durante a madrugada do dia 25, e as autoridades adentraram o espaço, começando a arrancar o assoalho do prédio para descobrir esconderijos de escravos fugidos, juntamente de espancamentos e prisões em grande número<sup>47</sup>. Diversos presos políticos, como Carlos de Lacerda, conforme veremos mais adiante, se tornaram símbolos da resistência abolicionista naquele período.

Aquela época houve denúncias de que a polícia de Campos recebia dinheiro de fazendeiro.<sup>48</sup> Tudo isso ajudou a conferir certa identidade combativa para o *Cidade do Rio*. Pois a folha de Patrocínio iria tomar posição diante da violência e mandos e desmandos da escravidão e seus senhores.

---

<sup>46</sup> Cidade do Rio, Ed. 4 e 5, 1 e 2 de out. 1887.

<sup>47</sup> Cidade do Rio, Ed. 30, 27 de out. 1887.

<sup>48</sup> Cidade do Rio, Ed. 30, 27 de out. 1887.

Em uma das colunas que mais se repete no jornal, chamada “Semana Política” e assinada por Patrocínio,<sup>49</sup> o abolicionista afirma que o ministério, dirigido pelo Barão de Cotegipe, distribui a lei: silêncio ou perseguição.<sup>50</sup> Afirma que o ministério autorizou a violação do direito de reunião, liberdade e manifestação do pensamento. Afirma ainda que “A escravidão serve hoje para eleger senadores e deputados, dar acesso a juízes, empregar bem a parentela das influências políticas. [...] Fora dessa lógica ela perdeu toda sua força.”<sup>51</sup>

Ao noticiar tal acontecimento, o jornal faz uso político do ocorrido para escrever um tipo de narrativa para o *Cidade do Rio*. Nestas linhas podemos ver um jornal que se coloca como combativo e que não tem medo de “dar nome aos bois”. Esta é uma dimensão importante para se entender o papel deste jornal na capital do país, e compreender seus desdobramentos, conforme o passar dos anos. Algumas perguntas importantes a serem respondidas são: há uma mudança no discurso com o avançar do tempo? Patrocínio criticava o governo de forma massiva? Qual sua ligação com o governo imperial e como faz uso disto em seu periódico? Qual seu papel e relevância no 13 de maio? Buscaremos responder a estas perguntas ao longo das próximas páginas.

#### **4.2 - Os abolicionistas no jornal**

Um fato importante, já dito anteriormente, mas que é relevante reafirmar, é que o *Cidade do Rio* era feito por negros e para negros. Isso não significa que pessoas brancas fossem impedidas de ler ou escrever em suas colunas. Mas, de forma massiva, seus discursos e os locais onde estavam inseridos dizem muito de um contexto para pretos e pretas. Prova disso é que o jornal direcionava algumas de suas ações, advogando a favor de escravos presos injustamente, que cometeram crimes contra senhores, e etc. O periódico chega a citar nomes de presos que ainda estavam aguardando julgamento, e cobra das autoridades que eles sejam julgados mais rapidamente. Ou até mesmo o fato de se dirigir e se posicionar fortemente contra ocorrências racistas.

Fato é que o jornal surge por meio de um discurso abolicionista para dar voz a narrativas antes silenciadas. Abolicionistas importantes como: Joaquim Nabuco, reeleito deputado em Pernambuco como mais um político lutando pelo fim da escravidão;

---

<sup>49</sup> Tratarei mais à frente sobre a temática e quantidade de vezes em que ela se repete no ano de 1887.

<sup>50</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 34, 31 de out. 1887.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

Carlos de Lacerda, que o jornal chama de preso político no episódio do ataque à tipografia; José do Patrocínio como dono do jornal em questão, escritor atuante, político e outros mais; são nomes relevantes na construção de narrativas em prol de negros e negras escravizados(as).

Para se ter ideia do quanto esta forma de noticiar incomodava a sociedade carioca da época, podemos pensar a partir de uma coluna do jornal que não pode ser identificada por conta de um rasgo na folha acessada através da Hemeroteca Digital, datada de 9 de outubro de 1887<sup>52</sup>. Um dos representantes do Rio de Janeiro, em uma possível reunião provincial, Sr. Andrade Figueira afirmou que os abolicionistas eram perturbadores, outros ainda diziam que os abolicionistas despertavam nas almas dos escravos esperanças que não se poderiam realizar, cometendo assim um crime. Além dessas falas, havia também, de acordo com o jornal, ameaças de morte sendo feitas a diversos abolicionistas, até mesmo tempos depois do acontecido em Campos.<sup>53</sup>

Para dar a dimensão ainda maior de uma perseguição que era feita à imprensa negra, em fevereiro de 1888, um jornal chamado *Novidades* afirmou que o *Cidade do Rio* estava morto. Neste contexto, a ser detalhado mais à frente, parte da perseguição advinha, de acordo com o jornal abolicionista, de republicanos. Em resposta a esta colocação do jornal, Patrocínio afirma em uma de suas colunas:

“É fácil de compreender que não pode ser tão cômoda, como a dos jornais assalariados, a vida dos jornais que se inspiram nas convicções de seus redatores e que não contam se não com o apoio dos cidadãos [...] A imprensa limpa desta infeliz terra não tem dado para fazer fortuna, apesar de servida pelos maiores talentos. [...] É sabido que só há dois meios de conseguir fortuna na imprensa: ser comanditado pelo balcão do *a pedido*, ou pela verba secreta da polícia.”<sup>54</sup>

Ou seja, aqui Patrocínio faz um ataque direto e responde a uma violência que busca silenciar o jornal. Acusando, indiretamente, o *Novidades* de receber dinheiro da polícia para noticiar. Aqui pode-se perceber o contexto de combate que o jornal de Patrocínio enfrentou durante boa parte do tempo em que foi publicado. Sendo

---

<sup>52</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 12, 9 de out. 1887.

<sup>53</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 70, 12 de dez. 1887.

<sup>54</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 43, 24 de fev. 1888.

necessário se afirmar como um jornal importante e relevante para o século XIX e para o fim da escravidão, como o faz no início desta citação.

Neste sentido, um texto importante para ajudar nessa reflexão é o de Humberto Fernandes Machado, intitulado “Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro”.<sup>55</sup> Ele faz um panorama da imprensa carioca e afirma que jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* eram periódicos que tinham relevância profunda para a década de 1880, mas não assumiram o discurso abolicionista de forma objetiva.

Somente jornais como *O Abolicionista*, criado em 1880, obtiveram sucesso na inserção em sociedade, de acordo com o autor. Enquanto os demais jornais abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro, e aqui pode-se incluir o *Cidade do Rio*, não atingiam tamanha penetração quanto estes outros.<sup>56</sup>

Levando em consideração que o subtítulo deste tópico é “Os abolicionistas no jornal”, não se pode deixar de citar o livro *O Abolicionismo*, publicado em 1883<sup>57</sup>. Seu autor, Joaquim Nabuco, é citado em diversos momentos no jornal como um herói para indivíduos escravizados, pois lutou, dentro dos trâmites da política, contra a escravidão. Talvez seja um dos nomes-chaves para o jornal na tentativa de resgatar uma identidade abolicionista. Aparecem, no jornal, crônicas em sua homenagem, diversas colunas noticiando fatos importantes que envolviam seu nome, além da reprodução de seus discursos como deputado. São assim usadas essas e várias outras ferramentas para cravá-lo como apoiador e parceiro do jornal.

Ou seja, o movimento abolicionista e a imprensa negra estavam caminhando lado a lado, e uma servia de propulsão para a outra. Se jornais como o *Cidade do Rio* não tivessem aparecido, mesmo a poucos meses da abolição, seria maior a probabilidade de se manter o cativeiro. Nabuco afirmou que “...desapareça o abolicionismo e a morte continuará a ser a maior das probabilidades.”<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> MACHADO, Fernandes Humberto. Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora UFF, 2014.

<sup>56</sup> Ibidem. Pág. 132.

<sup>57</sup> NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2010. 9-98.

<sup>58</sup> Ibidem. Pág. 60.

De acordo com Nabuco, ainda em 1883, a causa da abolição estava ganha perante a opinião pública, em relação à condição dos escravos, porém, não diante do parlamento e do governo. Sendo assim, para o abolicionismo ter como veículo a imprensa era de suma importância para manter as discussões e as ebulições pelo fim da escravidão vivas.

Maria Helena Machado afirma que a imprensa ajudava a ampliar a opinião pública, que não se restringia mais às elites intelectuais.<sup>59</sup> Ou seja, dentro dessa lógica, a presença abolicionista não estava somente entre os intelectuais, ou entre somente os que sabiam ler, mas também entre as classes mais pobres.

Exemplo dessa inserção e importância é o fato de que o *Cidade do Rio*, e por consequência, as perspectivas abolicionistas, estavam também dentro de presídios da época. Em 21 de outubro de 1887, o jornal noticia uma revolta de presos na Casa de Detenção. Houve uma ordem para que se metesse a navalha em um dos cabelos dos presos, o que não foi bem aceito entre eles. Também foi decidido que ali fosse proibida a entrada dos jornais *O Paiz* e *Cidade do Rio*. Este último, em edição do mesmo dia, afirma em tom irônico: “Dois jornais que tanto apreciam a alta administração do Sr. Ex. Coelho Bastos”, chefe de polícia da época.<sup>60</sup> Pela manhã, continua o relato do jornal, todos os detentos reclamaram da falta dos jornais, e após isto revoltaram-se e formaram um grande conflito, durante meia hora, sendo necessário dividi-los em celas separadas.

Tal fato é um dos que mais instigam a pensar o papel de um jornal abolicionista dentro de uma sociedade escravista. Pois, o fato dos prisioneiros se rebelarem contra a proibição da leitura do jornal na Casa de Detenção traz algumas reflexões. Dentre elas uma se faz necessária analisar, mesmo que óbvia: o abolicionismo e seus ideais incomodavam. Não somente nos bares ou nas esquinas ou em clubes negros, mas em todo e qualquer espaço. Mesmo onde os corpos deveriam estar, em tese, domados.

É provável que o jornal estivesse trazendo à tona aos prisioneiros uma perspectiva libertária. A maioria dos presos que ali se encontrava, pode-se afirmar, eram negros e estavam ali devido ao contexto da escravidão. Alguns porque mataram senhores, outros se rebelaram contra seus donos, ou simplesmente reagiram a lógicas

---

<sup>59</sup> MACHADO, Fernandes Humberto. *Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora UFF, 2014. Pág. 130.

<sup>60</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 24, 21 de out. 1887.

racistas. São muitas as possibilidades. Mas é provável que boa parte delas, se não todas, estavam pautadas pela lógica da escravidão. Que agora estava para ruir.

Ou seja, um jornal adentrar aquele lugar e responsabilizar as autoridades governamentais pela manutenção do cativo<sup>61</sup> aumentava a tensão no espaço. Pois o jornal disseminava, em lugares de opressão como a Casa de Detenção, perspectivas e ideais abolicionistas que questionavam os motivos pelos quais os leitores estavam presos. Colocavam a “justiça” nos banco dos réus.

Então, a prisão se tornava um lugar de reflexão e ebulição de perspectivas libertárias, colocando ainda mais medo sob os governantes de que o Brasil se tornasse um novo Haiti. Por isso, a rebelião é uma resposta às tentativas de silenciar prisões injustas que o jornal denunciava. E não somente isto, mas a demonstração de que os indivíduos que ali estavam queriam ser ouvidos de alguma forma. E usaram das armas que tinham para dizer que não aceitavam a saída do jornal e queriam seus direitos garantidos.

Nesse sentido, têm-se então lógicas profundas nas quais o abolicionismo está inserido. Não somente em espaços exclusivos, mas adentrando em locais de difícil acesso, como uma prisão. Uma autora que ajuda a pensar esta presença do abolicionismo em diversos espaços é Angela Alonso, em seu livro *O Abolicionismo como Movimento Social*<sup>62</sup>, em que o objetivo dela é:

“...estabelecer a relevância do movimento abolicionista nacional na explicação do processo de abolição da escravidão, por meio de uma abordagem relacional. Relacional porque, em vez de tomar o abolicionismo em si, considera-o parte de uma dinâmica que envolve instituições políticas, espaço público e clandestinidade, arenas nas quais se trava o jogo do movimento com Estado e contra movimento.”<sup>63</sup>

O abolicionismo se torna então, pode-se dizer, um movimento social. Não algo pensado para dialogar somente com indivíduos como Patrocínio, Nabuco e Luiz Gama.

---

<sup>61</sup> MACHADO, Fernandes Humberto. *Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora UFF, 2014. Pág. 136.

<sup>62</sup> ALONSO, Angela. *O Abolicionismo como movimento social*. CEBRAP – Revista Novos Estudos, 2014. Pág 115-137. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n100/0101-3300-nec-100-00115.pdf>.

<sup>63</sup> *Ibidem*. Pág 120.

Mas será disseminado entre diversas lógicas e pessoas, sendo liderado e organizado por nomes importantes da política e da imprensa, mas diverso e colocado em lugares como a Casa de Detenção. Continuaremos a tratar da temática mais à frente.

### **4.3 – Notícias de Crimes**

Sendo assim, se faz necessário pensar os motivos e contextos nos quais muitos negros foram presos e porque alguns deles aguardavam julgamento. Ou ainda esperavam seus julgamentos acontecerem havia muito tempo.

Como já reafirmado neste trabalho, a relevância do periódico *Cidade do Rio* para a justiça oitocentista, buscarei listar e analisar crimes noticiados pelo jornal que ajudam a montar um mapa do que o mesmo entende como crime, e porque ele entende dessa forma. Buscarei inicialmente notícias de 1887 até 1888, selecionando algumas específicas que nos ajudarão a entender os diálogos entre os prováveis criminosos e o jornal, suas identidades e os discursos abolicionistas. Entendendo assim a violência como formadora de visões de mundo dos indivíduos sobre os outros e sobre si mesmos.

Para tanto, é relevante entender quais eram as preocupações do jornal. Numa leitura detalhada da folha, pude levantar dados sobre os assuntos mais citados no periódico, levando em consideração o ano de 1887 até o dia 13 de maio de 1888. O gráfico demonstra quantas vezes os assuntos listados são citados no jornal, podendo assim ter um mapa da frequência em que alguns ali apareceram:



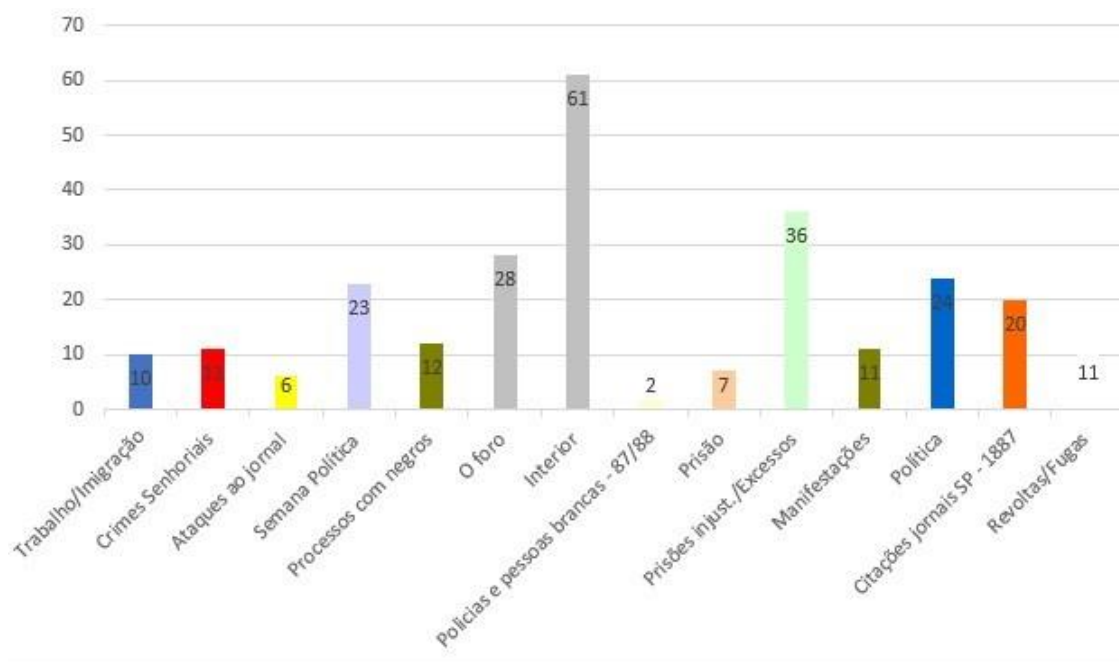


Figura 1 - Cidade do Rio (1887-1888)

As colunas “O Foro” e “Interior” são as mais recorrentes e possuem um viés de defesa de direitos e crítica ao ministério do Barão de Cotegipe, pertencente ao gabinete ministerial atuante à época.<sup>64</sup> A primeira coluna citada, (“O Foro”), tinha como intenção, de acordo com o jornal, fazer com que as leis, referentes às pessoas que estavam esperando pelo julgamento nas prisões, fossem cumpridas.<sup>65</sup> Esta coluna continha muitos escritos de presos que denunciavam que haviam sido apreendidos injustamente ou que aguardavam o julgamento havia muito tempo. O jornal usa isso para cobrar dos departamentos judiciais medidas para resolver os casos, como já dito anteriormente.

Outras colunas que contaram com temáticas como ataques ao jornal, crimes senhoriais, prisão, encarceramentos injustos e excessos, revoltas e fugas, são advindas de um contexto de violência. Ou seja, estão intrinsecamente ligadas a uma lógica de exceção. Neste sentido, o gráfico mostra temáticas que estão interligadas. Se acrescentássemos apenas uma coluna com a legenda de “atos violentos”, teríamos um grande número de notícias, e com certeza a maior coluna. Isto diz muito sobre as preocupações do jornal até então.

<sup>64</sup> João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe. Presidente do Conselho de Ministro entre 1885-1888.

<sup>65</sup> Cidade do Rio, Ed. 17, 14 de outubro. 1887.

Neste sentido, Marcos Luiz Bretas em *O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente*<sup>66</sup>, afirma que no século XIX, crime era apontado como um desvio comportamental, como um lugar incomum, algo que acontecia em oposição à normalidade da vida dos cidadãos comuns.<sup>67</sup> A lógica da violência contida no pós-abolição tem herança nas lógicas antepostas na era escravocrata.

Ele afirma ainda que, durante o século XIX, cresceu o número de homens livres e pobres. A expansão das cidades, especialmente do Rio de Janeiro, permitiu a emergência de novos grupos urbanos que passaram a trabalhar em serviços e comércio. Formando então um mapa complexo do que é o Rio de Janeiro do século XIX. Uma cidade em construção, que passou por diversas mudanças no mesmo período e estava marcada pelo viés racial.

É necessário pensar o crime não somente como uma lógica advinda de baixo para cima, no qual o/a criminoso(a), como regra, sempre partirá das classes mais pobres. Mas também quando elas partem de cima para baixo, dos poderosos. Quando a arma para prezar pela justiça, se torna uma arma para cometer injustiças contra classes pobres do século XIX. Classe essa em sua maioria de negros, negras e imigrantes. Cidadãos de uma cidade complexa, em crescimento e excludente.

Resta a pergunta: quem são os criminosos? Como a polícia oitocentista se comportava diante de seus próprios excessos? Quem vigia o vigia? Começo, então, listando o nome de réus que o jornal traz em sua coluna, no dia 18 de novembro de 1887, em que não foram agraciados com a liberdade depois de seus julgamentos, são eles: João de Jachinto José Soares, Benedicto José de Lia, Brigido, Maria Francisca da Conceição, Luiz Fernandes da Silva, José Francisco de Lima, Manoel Joaquim Moreira, Candia Maria do Rosário, Pedro Celestino da Rocha. 8 desses nomes listados são acusados por crime de homicídio, e apenas o primeiro nome é identificado como escravizado. Não é possível saber, somente a partir do jornal, a etnia desses acusados, mas a probabilidade destes serem negros e de classes mais pobres é alta. Por serem citados num jornal abolicionista e por estarem numa coluna intitulada como “não agraciados”, ou seja, que não tiveram a “sorte” da liberdade naquele momento, mesmo com o apoio judicial do jornal, é bem provável que sejam negros.

---

<sup>66</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32,1991.

<sup>67</sup> Ibidem. Pág. 49.

Em contrapartida, em 5 de dezembro do mesmo ano,<sup>68</sup> um homicídio é descrito pelo periódico na região de Saquarema, na província do Rio de Janeiro. Joaquim Reis, conhecido como Quincas Reis, é acusado de matar a escrava Rosa, no dia 8 de maio. O jornal afirma que:

“Neste momento chega-nos às mãos, da vila de Saquarema, uma reclamação tão importante [...] para atendermos ao apelo que para nós fazem alguns moradores de Saquarema. Trata-se do criminoso de homicídio, na pessoa da escrava Rosa, no dia 8 de Maio, de nome Joaquim Antonio dos Reis e que se acha na prisão pública de Saquarema. O crime de que é acusado Reis [...] é atroz e revela descomunal ferocidade.

No dia 8 de maio [...] atou à cauda de seu animal a escrava Rosa, então grávida, que acompanhava [...] a marcha do animal que montava seu senhor.

Quando a desventurada começava a fraquejar, o capanga Joaquim Pio a surrava desapiedadamente, para fazê-la avançar; a infeliz, por vezes, extenuada pela fadiga e pelas dores, caiu por terra e então... era arrastada durante longas distâncias! Quando os bárbaros assassinos, julgando-a nos últimos momentos, paravam então para recomeçar [...]

Depois de ter percorrido assim grande extensão de caminho, nos passos que teve de percorrer fazendo estação para recomeçar cada vez que caía ao peso de sua cruz, ao meio dia de 8 de maio, nas vertentes da serra da Boa Esperança, entre dois penedos exalou o último suspiro, entregando à terra, com seu corpo macerado, ensanguentado e coberto de úlceras arroxeadas, o filho que trazia nas entranhas como ficou constatado pelo corpo de delito a que se procedeu.”<sup>69</sup>

O jornal continua ainda, dizendo que 11 pessoas influentes da localidade trabalhavam com o fim de subornarem ou enfrentarem o júri de Saquarema, para absolver o acusado. Neste caso, são algumas dimensões importantes a se considerar. Por exemplo, como tal julgamento demorou tanto tempo (mesmo com descrições e

---

<sup>68</sup> Cidade do Rio, Ed. 65, 5 de dez. 1887.

<sup>69</sup> Ibidem.

testemunhas, como o próprio jornal noticiou) se o acontecido se deu há meses atrás? O criminoso ainda aguardava julgamento e havia, ainda consigo, 11 nomes influentes que buscavam inocentá-lo de tamanha barbárie.

Enquanto isso, para a lista de nomes citados anteriormente que aguardavam julgamento, é provável que tenham tido - analisando por uma perspectiva esperançosa, pois a fonte não nos permite a certeza sobre este fato - a presença de um advogado, patrocinado por jornais como o *Cidade do Rio*, que provavelmente não conseguiria vencer todas as causas. Forma-se então o mapa da injustiça judicial.

Sendo assim, pode-se dizer que no período anterior à abolição, e não somente nele, era necessário lutar contra o sistema que em tese deveria exercer justiça. Muitos escravos que se tornaram livres, ou presos que adquiriram liberdade, conseguiram usar das lógicas do Estado a seu próprio favor. Como afirma Silvia Hunold Lara, em seu texto “Direitos e justiça no Brasil”, que as leis e a justiça deixaram de ser vistas, na historiografia, como simples instrumentos de dominação de classe para se configurarem como recurso e poderiam ser apropriadas por diferentes sujeitos históricos, que poderiam atribuir significados distintos.<sup>70</sup> A intenção aqui é entender, a partir do trabalho de Lara, que o campo do direito, a partir da fonte deste trabalho, não pode ser considerado como simples instrumento de dominação, mas como campo conflituoso, constitutivo das próprias relações sociais. Ou seja, é um espaço de disputa de narrativas. Narrativas que podem ser contrárias ou a favor de indivíduos racializados.

Vários escravizados continuavam lutando a favor de sua liberdade, independentemente do formato pelo qual lutariam por ela, como se pode ver no jornal. A abolição estava por vir. “A bandeira da abolição tremulará no poder”<sup>71</sup>, afirmava José do Patrocínio ainda em 1887. Mas ainda era necessário entender que “...enquanto os assassinos de cativos campeiam tranquilamente pelas ruas, os abolicionistas são metidos na cadeia sem fórmula de processo, e a população é pisada a patas de cavalos pela soldadesca infrene e assanhada”, como o periódico afirmava em forma de denúncia.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006.

<sup>71</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 41, 7 de nov. 1887.

<sup>72</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 6. 9 de jan. 1888.

Neste sentido, a polícia do século XIX no Rio de Janeiro teve papel chave na construção de perspectivas racistas e em apontar para quem deveria e quem não deveria ser enquadrado. Marcos Luiz Bretas reconhece que há uma presença massiva de imigrantes que cresce com o passar do século XIX e que passa a ser uma preocupação da polícia<sup>73</sup>. Entretanto, uma marca importante de seu trabalho é quando o autor afirma que os negros eram alvos privilegiados do controle policial, como suspeitos usuais de vadiagem. Essa perspectiva de criminalização tem suas origens na cultura da escravidão, de acordo com o pesquisador.<sup>74</sup>

Bretas afirma ainda que mesmo os que estavam envolvidos no movimento abolicionista foram marcados com a lógica racista. Mesmo que a cor negra, em algumas exceções, ocupasse espaços na política, na imprensa e etc. a herança racista e colonizadora ainda estava presente. Herança esta que buscava traçar projetos de país e de identidade aos negros e negras no pós-abolição, fossem eles pertencentes às classes mais altas ou baixas, como se poderá visualizar nos ataques feitos a José do Patrocínio, a serem tratados mais à frente neste trabalho.

Ainda nesta temática, a polícia do Rio de Janeiro de 1887 contava com um corpo policial relevante no cumprimento de seus objetivos. Nomes importantes como o do chefe de polícia Coelho Bastos ajudam a entender a lógica policial oitocentista.

Citado fortemente pelo jornal e criticado na mesma medida, para o jornal, com Bastos a frente a polícia havia perdido toda e qualquer credibilidade, e o periódico fazia questão de reafirmar isto para seus leitores. Demonstrando assim o posicionamento dos redatores e de seus donos mediante medidas de violência encabeçadas pelo chefe de polícia e do corpo policial como um todo.<sup>75</sup>

Um primeiro caso tem ligação com o crime policial na cidade de Campos, pois a polícia por lá, de acordo com o jornal, estava em crise, pois o povo se indignava com as barbáries. A polícia era recebida com vaias em vários pontos e ações devido a sua descarga de força policial na população, de acordo com edições dos dias 21 e 22 de novembro.

---

<sup>73</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32,1991. Pág. 53.

<sup>74</sup> Ibidem. Pág. 54.

<sup>75</sup> Cidade do Rio, Ed. 53, 21 de nov. 1887.

Notícias do dia 22, reproduzidas no jornal, afirmam que telegramas policiais se referiam aos eventos abolicionistas como lugares que reuniam muitos “negros e vagabundos”. Passando soldados nestes eventos e protestos, a multidão gritava “FORA POLÍCIA”, ainda neste número o jornal afirmou que a polícia de Campos tinha a intenção de arrastar a cidade à revolta.<sup>76</sup>

Tem-se aqui então a dimensão de uma polícia criminosa e que trabalhava dentro da lógica de exceção, voltada para uma perspectiva de violência contra pretos e que os enquadrava enquanto “vagabundos”. Porém, é essencial visualizar que a população negra atingida reagia a ela, como se pode ver na notícia dada pelo periódico. Por mais que se possa reafirmar a força opressora, não se pode negar a importante reação dos atingidos que colocavam os negros num contexto de destaque e embate.

Para uma dimensão maior do que é a polícia do Rio de Janeiro, nos anos 1880 - e agora, tratando de um caso mais próximo ao jornale que aconteceu dentro das próprias corporações da cidade - buscarei tratar de notícias que retratam o despreparo deste corpo público. Dimensionando soldados despreparados e entregues a um poder egocêntrico que os levavam a disputar posições entre si. E que tinham pesos diferentes no julgamento dos crimes.

Um capitão da marinha, chamado Leite Lobo, foi preso no dia 1º de março de 1888, as portas da abolição. Este foi acusado pela polícia e preso pela mesma por haver entrado na casa de uma mulher e tentado matar a moradora e seu filho, de acordo com o jornal.<sup>77</sup> Outro periódico do Rio de Janeiro, chamado *O Mequetrefe*, afirmou que o alferes Baptista ordenou o espancamento do tenente e prendeu-o no xadrez com toda a sorte de maltrapilhos e criminosos.<sup>78</sup> O ponto aqui é que um policial não poderia, ou não teria “autoridade” para prender um tenente oficial da marinha, tanto o mais linchar. E isto gerou uma batalha institucional entre os poderes.

Depois de debates e repercussão na imprensa, a polícia do Rio de Janeiro soltou, depois de dois dias o tenente. Demonstrando solidariedade ao mesmo. De acordo com o *Cidade do Rio*, afirmou-se que Leite Lobo sofria de dificuldades mentais, e já havia até sido afastado da corporação a qual pertencia. O periódico defendeu a expulsão do Alferes Baptista do corpo de polícia junto de sua demissão como chefe de polícia. No

---

<sup>76</sup> Cidade do Rio, Ed. 54, 22 de nov. 1887.

<sup>77</sup> Cidade do Rio, Ed. 48, 1 de março. 1888.

<sup>78</sup> *O Mequetrefe*, Ed. 450, Março, 1888.

dia seguinte, a folha reafirma em suas colunas o despreparo do corpo policial e o fato desta prestar solidariedade somente aos espancados que fazem parte do mesmo nicho que ela. Porque até então, espancamentos não eram um problema<sup>79</sup>.

Ainda no mesmo número, o jornal reproduz o espancamento por parte da polícia de um homem com mais de 50 anos, chamado João da Costa<sup>80</sup>. O periódico não deixa claro o motivo do soldado para tanto, mas afirma:

“... se não fosse a infeliz [...] procurar refúgio na casa nº 42 daquela rua, em que são estabelecidos os Srs. Cristovão Sobrinho & C., teria sido barbaramente assassinado a pranchadas, tal era a fúria que se lia na fisionomia do monstro, que se envolvia na farda de praça do corpo de polícia. Felizmente, para João da Costa, já todo ensanguentado, e cheio de ferimentos, acudiram não só os proprietários daquele estabelecimento, como também grande número de pessoas que então passavam. Aos protestos do povo foi que a fera policial embainhou a espada e retirou-se vociferando esta frase: - *Queixem-se ao bispo*. O criminoso procedimento dessa praça levou por tal forma a indignação aos corações das pessoas que presenciaram semelhante fato, que todas se dirigiram à 6ª estação policial e aí deixaram seus nomes como testemunhas do atentado.”

O soldado foi preso. Analisando esse e outros casos semelhantes, é possível observar como a polícia demonstrava um “despreparo” em suas ações. Entretanto, uma dimensão importante para se pensar a partir dessas notícias é: nos dois casos o despreparo seria uma resposta plausível para “erros” tão grotescos? Nada no campo da História é visto como “acaso”. Pelo contrário, na maior parte das vezes tudo se demanda por uma decisão, uma escolha, um projeto.

Um tenente espancado e protegido pelas instituições não têm os mesmos desdobramentos que um mero vendedor linchado e espancado. Este primeiro poderá andar nas ruas com a certeza de que não será novamente linchado ou rechaçado por qualquer tipo de vínculo empregatício. Enquanto o outro poderá sofrer ainda com represálias da parte policial.

---

<sup>79</sup> Cidade do Rio, Ed. 49, 1 de março. 1888

<sup>80</sup> Cidade do Rio, Ed. 49, 1 de março. 1888.

Embora a fonte não conceda informações sobre o destino dos dois policiais criminosos, é bem provável que sejam destinos diferentes. Pois são duas vítimas e duas vidas com valores diferentes. Um atacou uma vítima que tinha um corpo “matável”, o outro não. A forma como a notícia e os casos tomam reprodução, dizem muito sobre qual delas terá um destino realmente justo e qual será perseguido até o fim. No caso, o crime contra o idoso vendedor é provável que sequer tenha muitos desdobramentos, ou que cause uma comoção local expressiva.

Outro fato a se observar é que o jornal resgata esta notícia ao mesmo tempo em que noticia a outra de Leite Lobo. Isto indica a intenção de causar reflexão sobre a temática. Trazendo dois pesos e duas medidas, para que o leitor, possivelmente, reflita sobre as injustiças colocadas num Brasil escravista, as portas da abolição, aos seus leitores escravizados, livres, ex-escravos e etc.

Neste sentido, são diversos os passos na construção da cidade do Rio de Janeiro como uma província dominada pela injustiça policial e resistência negra. Pois, por mais que estas notícias mostrem o formato de uma polícia movida pela lógica institucional e protegida por ela, a mesma está sendo *denunciada* por um jornal negro e abolicionista. Ou seja, é importante visualizar o papel deste jornal como um agente social na construção de ativistas pela luta abolicionista mesmo com tentativas de censura e outros tipos de repressão.

Uma última notícia, que se deu na região da atual Itapira, na província de São Paulo, antes chamada de Rio do Peixe. Leva o jornal a reflexões relevantes que ajudam na construção dos argumentos deste capítulo, onde se demonstra a polícia transgressora da época.

Trazendo o relato do *Diário Mercantil*, de São Paulo, o jornal afirma que um delegado de polícia, defensor de escravos e que incriminava senhores que excediam nos maus tratos aos escravizados, fora brutalmente assassinado. Joaquim Ferreira de Araújo Cunha era casado e tinha uma filha. O jornal reproduz:

“A infeliz senhora refugiou-se dentro de um forno depois que viu a sua casa invadida e seu marido morto [...] Estes, para que não lhes escapasse incólume a mesma senhora, sem respeito nenhum pelo seu sexo, divertiram-se a ofende-la, dentro do forno, com pontadas que lhe davam com os



cacetes de que haviam munidos. A pobre senhora ficou com algumas costelas partidas e o corpo todo cheio de contusões. [...]

Contra Joaquim [...] mataram-no mais lentamente que puderam, quebrando-lhe primeiramente os braços e moendo-o literalmente de cacetadas. Cada um dos assaltantes parece que fez timbre em não retirar-se sem dar alguma pancada naquele homem, recebendo ele ainda muitas, mesmo depois de ser apenas um cadáver! [...] Na penha do Rio do Peixe todos os habitantes estão munidos de armas de toda espécie para se defenderem no caso de alguma nova agressão. [...]

Uma filha de vítima, criança de 9 anos, reconheceu entre os agressores, José Gomes da Cunha e Joaquim Bento, um sobrinho e outro primo irmão de sua mãe.

Deles recebeu a pobre menina um pontapé, quando lhes suplicava, de joelho, que não fizessem mal ao pai!”<sup>81</sup>

Este crime contou ainda com a presença de 2 norte americanos, James O. Warne e John Klink, que, de acordo com jornal, vieram para o Brasil em busca de novos investimentos, pois era o único país ainda a sustentar a escravidão.<sup>82</sup> A brutalidade com a qual o delegado foi assassinado demonstra o ódio daqueles escravocratas contra as atitudes do assassinado. O fato deles terem-no matado mais “lentamente” que os outros membros da família demonstra que estes queriam que este sofresse por mais tempo, reafirmando a lógica vingativa a qual eles buscavam impor no contexto.

Para um crime com estas dimensões pode-se perceber um tom de impunidade a qual os criminosos podiam imaginar que teriam após a morte do delegado. Pois o assassinato de um nome importante da cidade, que exercia um cargo chave para o século XIX, da forma como foi, era provável que já imaginassem que teria uma grande repercussão. Ou seja, o crime era um recado. Não somente a negros e negros da região do Rio do Peixe, mas à ideia da abolição como um todo, devido ao caráter interconectado das lutas emancipatórias.

---

<sup>81</sup> Cidade do Rio, Ed. 38, 18 de fev. 1888.

<sup>82</sup> Cidade do Rio, Ed. 44, 25 de fev. 1888.

E a população, como agente, não está a assistir estas ações de forma bestializada. As formas de resistir a este sistema estão já no fato de que são todas reproduzidas por um jornal abolicionista e que se posiciona enquanto crítico a essa violência contra escravizados e defensores da abolição.

Depois disto, o jornal publica uma coluna, provavelmente redigida por Patrocínio, dizendo que o Brasil vivia a “Era dos Crimes”. O colunista afirma que o Brasil estava se barbarizando. A história dos últimos anos, de acordo com o redator, era sangrenta. Ele afirma:

“...país onde a descrença na administração a justiça lavra tão fundo, que logo se sabe que um delinquente é rico, todos repetem que não será castigado. É perigoso ser defensor de *assassinos* de tal espécie. Em São Paulo por exemplo não se recebe em um hotel ninguém de Penha, com receio de represália por parte do povo. [...] A estas horas, os assassinos da Penha do Peixe estão dispersos e furtivos. Já se sabe que Jones Ox Warne, que abreviou a vida do delegado torcendo-lhe o pescoço, está em Minas. Como conservar no espírito público a calma, quando a justiça se mostra assim tão suspeita?”

Portanto, a partir destes acontecimentos, o mapa que se formava para o país, meses antes da abolição era um contexto de pressão à monarquia pela abolição. O jornal dava o tom de que não se podia mais esperar ou atrasar a emancipação e o crime de Rio do Peixe era a prova disto. Entretanto, a violência era, e continua sendo estrutural, e mesmo com o fim da escravidão, ela não chegaria ao fim.

As notícias de crimes mostram perspectivas importantes, sendo elas: o posicionamento da imprensa negra diante das injustiças, os criminosos de farda, e as formas de se dar voz a indivíduos antes calados e silenciados pelas armas institucionais.

Fato é que o jornal *Cidade do Rio*, juntamente com seu dono, José do Patrocínio, ajudaram na mobilização da opinião pública em favor da abolição. Para entender melhor o lugar do proprietário do periódico e a importância desta dimensão, buscarei narrar a vida e as perspectivas desse importante abolicionista.

## 5 - José do Patrocínio

### 5.1 - Biografia

José do Patrocínio, filho de mãe escrava e pai padre, foi um relevante político do século XIX que lutou por perspectivas abolicionistas. Pesquisar parte de sua vida é levar em consideração a imprensa do tempo dele, o governo monárquico no Brasil, violências e excessos da polícia, dentre outros fatores. Sua vida caminhou ao redor de uma campanha abolicionista que ajudou a libertar os afrodescendentes da escravidão em 1888, como já indicado anteriormente.

Ele é o tema central dos textos “Em letra de forma – jornalismo, política e a campanha contra a escravidão”<sup>83</sup>, de Ana Carolina Feracin da Silva, doutora pela Universidade Estadual de Campinas e “José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero”<sup>84</sup>, de Ana Flávia Magalhães Pinto, também doutora pela UNICAMP. As duas autoras se propõem a pensar o século XIX, mais especificamente os anos 70 e 80. Levando em consideração os embates da narrativa negra nos jornais, na política e principalmente na figura de José do Patrocínio e outros que mantiveram contato com este abolicionista. Sendo estes últimos seus materiais de pesquisa para entender a escravidão e as tentativas de acelerar sua abolição, a partir de práticas efetivas na sociedade. Como, por exemplo, resistindo a ataques racistas de diversas formas.

Estas duas autoras colaboram na compreensão do papel de Patrocínio e o jornal *Cidade do Rio* para a abolição. Será necessário usar de bibliografias de recorte temporal diferenciados, mas que se complementam em seus argumentos e oferecem ferramentas para compreender a folha abolicionista. Pois, entendendo a vida de Patrocínio e o *Cidade do Rio*, pode-se compreender muito das lógicas do século XIX.

O recorte temporal realizado por Feracin da Silva e por Magalhães Pinto é em uma década de ebulição de perspectivas abolicionistas. De acordo com Robert

---

<sup>83</sup>DA SILVA, Ana Carolina Feracin. De "Papa pecúlios" a Tigre da Abolição : A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. 2006. 1-231 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História)- História, UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280643>>. Acesso em: 27 set. 2017.

<sup>84</sup> CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. Pensadores Negros - Pensadoras Negras. PINTO, Ana Flávia Magalhães: José do Patrocínio: Abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. I. ed. Bahia: UFRB, 2016. 105-128 p. v. II.

Conrad<sup>85</sup>, os anos de 1870 e principalmente os de 1880 serão períodos em que se reforçará o discurso de liberdade aos escravizados, e o número de escravos cairá fortemente, influenciando ainda mais tal perspectiva<sup>86</sup>. Figuras como a de Joaquim Nabuco, Apulco de Castro, Patrocínio e outros terão papel de extrema importância nos debates deste período.

O texto de Ana Carolina Feracin demonstra sobre a importância do jornalismo e o seu papel nas políticas contrárias à escravidão e nos ataques contra figuras abolicionistas, a partir de perspectivas racistas. Seu texto tratará de diversos momentos, quando pensadores como Apulco de Castro usará da ferramenta da escrita nos periódicos para ofender a ascendência africana de José do Patrocínio, que naquele contexto já tinha nome de peso. Chegaram à máxima de ofender o casamento do abolicionista, e isto tudo sendo feito principalmente a partir do jornal *O Corsário*.

No mesmo caminho, Ana Flávia Magalhães Pinto, em seu texto<sup>87</sup>, demonstra sobre a importância de José do Patrocínio e a renegação deste, junto da difamação da imagem do letrado por outros pensadores contrários a perspectivas abolicionistas. Ela busca entender como o pensamento negro estava sendo atacado, por quem e com qual objetivo.

As duas autoras fazem recortes de alguns episódios da vida de Patrocínio e pensam como as atitudes de abolicionistas vão influenciar em discursos raciais. Feracin argumenta que se usou da ascendência de Patrocínio como forma de ofendê-lo, tentando diminuir seu papel enquanto um intelectual do século XIX. Seu casamento com Maria Henriqueta, tema levantado pelas duas autoras, foi alvo de comentários racistas por parte de *O Corsário*, editado por Apulco de Castro, que não pensou duas vezes antes de atacar firmemente e de forma racista o casamento de um negro com uma mulher branca, e não somente por isto, mas por ser o casamento de Patrocínio, este que odiavam, com uma mulher de “raça ariana”, filha de família importante da época. Pois, afinal, como um negro poderia ter tamanha petulância de, além de combater discursos racistas e etnocêntricos, casar-se com uma pessoa de raça que não a sua? Tentavam colocar

---

<sup>85</sup> CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil : As províncias na véspera do abolicionismo. 2<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 152 p.

<sup>87</sup> CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. Pensadores Negros - Pensadoras Negras. PINTO, Ana Flávia Magalhães: José do Patrocínio: Abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. I. ed. Bahia: UFRB, 2016. 105-128 p. v. II.

Patrocínio e outros que com ele estavam em um lugar de inferioridade, porém eles resistiam a este rótulo com veemência.

As duas autoras dialogam diretamente, quando tratam da questão da infância de Patrocínio. Os traços de militância dele não podem ser vistos necessariamente como resultado de uma herança biológica dos pais<sup>88</sup>, de acordo com Feracin. Ana Flávia Magalhães, citando Feracin, afirma que não se pode deixar de levar em consideração a formação da identidade de Patrocínio na infância, a partir do contato com os pais<sup>89</sup>, e Hebe Mattos reafirma tal perspectiva em seu texto “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”<sup>90</sup>, dizendo que Patrocínio escolhe resgatar a memória da mãe. Ou seja, a memória infantil é de extrema importância na formação dele enquanto ser social, negro, abolicionista, e que escolhe ser reconhecido dessa forma.

Patrocínio é encarado por Magalhães Pinto e Feracin da Silva como um dos principais assuntos de *O Corsário*. A importância política deste indivíduo era essencial tanto para quem o apoiava quanto para quem preferia vê-lo distante dos debates políticos, como desejava, por exemplo, Sílvio Romero. Ana Flávia Magalhães tem este último com um dos principais nomes a serem uma pedra no sapato dos abolicionistas. Pois Romero buscava de todas as formas diminuir as ações de indivíduos negros na sociedade, a partir de uma vertente etnográfica, de acordo com os estudos de Magalhães Pinto<sup>91</sup>.

Entretanto, por mais moderado que fosse, como Feracin da Silva diz em seu texto, Patrocínio defendia com convicção suas perspectivas contrárias a Sílvio Romero. Porém não só ele, como também Vicente de Souza, que respondeu a ataques racistas de Romero de forma pública na 28ª conferência abolicionista, de acordo com Ana Flávia

---

<sup>88</sup> DA SILVA, Ana Carolina Feracin. De "Papa pecúlios" a Tigre da Abolição: A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. 2006. p. Tese de Doutorado (Doutorado em História)- História, UNICAMP, Campinas, 2006. Pág. 16-17. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280643>>. Acesso em: 27 set. 2017.

<sup>89</sup> CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Pensadores Negros - Pensadoras Negras*. PINTO, Ana Flávia Magalhães: José do Patrocínio: Abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. I. ed. Bahia: UFRB, 2016. Pág. 108. v. II.

<sup>90</sup> Hebe Mattos, "Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil", in Keyla Gringberg e Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil imperial – Vol.III (1870-1889)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009).

<sup>91</sup> CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Pensadores Negros - Pensadoras Negras**. PINTO, Ana Flávia Magalhães: José do Patrocínio: Abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. I. ed. Bahia: UFRB, 2016. Pág. 115. v. II.

Magalhães Pinto, mostrando assim que havia uma frente que respondia aos ataques feitos por pessoas como Romero.

Portanto, Patrocínio e sua rede de solidariedade tiveram papel muito importante no momento de definir qual a identidade do negro escravo que buscava liberdade e quais as suas próprias perspectivas como indivíduos afrodescendentes. Pois, por serem nomes de peso no contexto dos anos 70 e 80 como visto nos dois textos, aquilo que fizessem, como, por exemplo, responder ataques racistas na imprensa, denunciando excessos policiais, questionando violências institucionais, mostraria que estavam se colocando como participantes de um discurso emancipacionista, e que influenciaria, e influenciou, muitos outros a se juntarem na luta em prol da abolição. Se fazia necessário o papel de Patrocínio enquanto dono de jornais importantes, amigo de políticos como Joaquim Nabuco, para construir e dar forma a uma “identidade libertadora” em diversos espaços, fosse na prisão, na política ou nas ruas

## **5.2 - Participação no jornal como colaborador**

O jornal conta com muitas colunas importantes e que nomeio como “colunas fixas”, ou seja, que apareciam de 2 a 3 vezes por semana, até onde a leitura do periódico pode avançar. Mesmo antes da criação do jornal, a coluna “Semana Política” já fazia o nome de Patrocínio, no jornal *Gazeta de Notícias*.

Depois dos ataques à tipografia na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, em 1887<sup>92</sup>, a polícia jurou extermínio ao jornal *Vinte e Cinco de Março*. Patrocínio irá se posicionar na “Semana Política”, dizendo que “...distribuiu-se a lei: silêncio ou perseguição”<sup>93</sup>, denunciando os excessos violentos da força policial. Ou seja, usando de um espaço já famoso em outra folha, para declarar que a “escravidão serve hoje para eleger senadores e deputados, dar acesso a juízes, empregar bem a parentela das influências políticas”<sup>94</sup>. Fazendo deste espaço um lugar de debates e enfrentamento de status quo de muitos políticos escravocratas. O fato de muitos saberem que Patrocínio havia escrito aquela coluna já trazia outro peso para as palavras ali descritas devido a sua fama e importância política.

---

<sup>92</sup> Cidade do Rio, Ed. 30, 27 de out. 1887.

<sup>93</sup> Cidade do Rio, Ed. 34, 31 de out. 1887.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

Em 1888, ainda na “Semana Política”, em outro assunto polêmico da época, José do Patrocínio declara que irá combater o partido republicano, nos moldes em que se mostrava, até destruí-lo<sup>95</sup>, dizendo que estes têm outros interesses por trás da bandeira do republicanismo, negando assim qualquer tipo de solidariedade com o partido.

Dessa coluna, outro jornal de São Paulo, chamado *Província*, responde dizendo que falta em Patrocínio “consciência e caráter”<sup>96</sup>, usando em alguns momentos de codinomes ofensivos, chamando o abolicionista de “negrinho onça”, “onça preta”, “velho” e afins. Isso demonstra o alcance e a relevância da coluna em tratar sobre assuntos importantes e polêmicos do período. Construindo assim o lugar de destaque na coluna do jornal, que serve para denunciar esses abusos para com o abolicionista e o movimento político que ele representa.

Patrocínio poderia ter escolhido não reproduzir a coluna da *Província* em seu jornal. Mas decidiu por reproduzi-la talvez para que os leitores visualizassem o nível ao qual seus adversários o atacavam. Ele provavelmente tinha dimensão de que poderia ser uma oportunidade para alavancar o debate racial dentro do jornal. Atendendo assim seus objetivos primários. Todavia, devido às limitações de pesquisa, não se têm acesso às respostas de Patrocínio a esta coluna, pois os números seguintes não existem na plataforma digital que disponibiliza as edições, impedindo o acompanhamento do debate.

Desde o início do jornal até 23 de maio de 1888, a coluna “Semana Política” tem maior participação no jornal que outros assuntos como trabalho, imigração ou citações de outros periódicos, como mostra o gráfico da página 26. Estando ainda um pouco abaixo das colunas dedicadas à política.

Esta coluna não tem o objetivo primário de informar, mas oferece também análises críticas sobre movimentos políticos importantes. Têm-se uma média de 3 a 4 publicações mensais, e um aumento pequeno ao aproximar-se o dia 13 de maio. Este número provavelmente aumentaria, se houvesse acesso completo à edição do mês de maio de 1888, que contém, provavelmente, outras colocações de Patrocínio, ou até mesmo outra coluna com o título “Semana Política”.

---

<sup>95</sup> Cidade do Rio, Ed. 97, 28 de abril. 1888.

<sup>96</sup> Cidade do Rio, Ed. 107, 10 de maio. 1888.

É relevante levar em consideração que há assinaturas do abolicionista em outras colunas como consta na tabela 1. Sendo assim, o número de colunas escritas pelo dono do jornal aumenta consideravelmente, assim como o acesso a suas posições políticas na sociedade do século XIX.

Outro nome relevante é o de José Balsamo, um pseudônimo que assina algumas colunas no jornal, e que trata das relações entre trabalho e escravidão.<sup>97</sup> Ele argumenta que o pobre trabalha para o progresso, enquanto os ricos se mantêm no seu lugar rodeados de luxos e riquezas. Sobre as discussões de inserção de mão de obra “assalariada”, ele diz que é uma:

“(...) substituição de uma escravidão por outra escravidão, eis o que o nosso programa veio destruir, tornando o trabalho independente do capital, sem violência e sem esforço. [...] Não somos a rebelião, somos a ordem! Cheios de respeito pela fortuna de cada um, mas procurando na sociedade princípios de tanto alcance, que a exploração seja impossível, eis a nossa divisa.”<sup>98</sup>

Pode-se, então, visualizar o destaque que o jornal dá para que colunas assinadas tratem sobre temáticas que estavam em ebulição na semana, dia, mês ou ano. Trazendo colunistas importantes e que muitas vezes não são facilmente identificáveis por conta dos pseudônimos, como no caso de José Bálamo. Cito aqui o exemplo de sua coluna como demonstração de que havia outras que estavam sendo assinadas no jornal, que não a de Patrocínio.

Entretanto, este fato não diminui a importância da coluna “Semana Política”. Pois ela já existia antes mesmo do próprio jornal abolicionista. Já tinha seu lugar construído antes mesmo do periódico ser lançado. Já chega às mãos dos leitores com uma fama prévia. Patrocínio, enquanto ser político, entende esse movimento e por isso a coloca lá, como chave na construção de seu novo jornal. Esta coluna voltará a aparecer no próximo capítulo, ajudando a entender o contexto do pós-abolição.

As colunas assinadas e não assinadas, colocavam na “vitrine” o *Cidade do Rio*, pois demonstravam a que vinha o periódico e dava também sua contribuição na

---

<sup>97</sup> Cidade do Rio, Ed. 66, 22 de março 1888.

<sup>98</sup> Ibidem.



formação da identidade dos leitores. É provável que ter Patrocínio como colaborador, redator e dono do jornal alavancava as vendas e a relevância política do mesmo. Afora as parcerias com outros movimentos políticos e líderes das causas abolicionistas em outras localidades pelo Brasil da época. Pois seu nome já servia como publicidade e “carro chefe” do jornal.

## CAPÍTULO III – Identidades escorregadias

### 6 - Identidades escorregadias

#### 6.1 - Discussão bibliográfica

Neste capítulo, início com um pergunta que norteará a primeira parte desta escrita: é possível enxergar o Brasil a partir de um viés identitário somente? Tal questão é importante para que se visualize o lugar das africanidades presentes nas culturas.

Para ajudar na resposta a esta pergunta, aciono o trabalho do historiador Robert W. Slenes, que elabora uma discussão sobre identidades na senzala em seu livro *Na senzala, uma flor*<sup>99</sup>. Inicialmente, a senzala para ele é um espaço de troca, de relação entre os escravos. Ele analisa o trabalho de Charles Ribeyrolles, que conclui que nas senzalas não havia famílias, nem esperança, nem recordações. Todavia, Slenes mostrará o contrário deste ideal, tendo como princípio que espaços de conexão, como é a senzala, serão espaços onde surgirão “flores”, flores de identidade, de singularidades.

Nesta singularidade, o autor falará sobre as famílias de escravos. Apesar da separação radical de suas sociedades de origem, os africanos construíram suas vidas de acordo com a gramática da linhagem. As famílias, a árvore genealógica, não ficam no continente africano, em seus locais de origem. De acordo com Slenes, as tradições estavam sempre presentes, mesmo no contexto precário da escravidão.

No mesmo sentido, o casamento é uma decisão importante da parte dos afro-brasileiros, pois influenciará na formação de identidade e pertencimento. Slenes argumenta que os escravos decidem formar famílias, casarem-se, por uma questão, principalmente, de sobrevivência. Tal ato conferia o “privilégio” de ter um espaço separado somente para o casal e os filhos, com maiores possibilidades de interações. O espaço da choupana, onde a família mora, torna-se um espaço de significado, de formação de identidade. Ali, de acordo com Slenes, seria um lugar para desenvolver uma variedade de atividades, escondidas da mira de feitores e senhores.

Slenes colabora na percepção de uma realidade que não está presa somente nas perspectivas coloniais. Na verdade, seus argumentos ajudam a compreender a complexidade da vida africana no Brasil e as formas que os escravizados tinham em se

---

<sup>99</sup> SLENES, Robert W. Esperanças e Recordações. In: *Na senzala, uma flor*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 139-262.

socializar fora dos olhares dos senhores. Construindo identidades escorregadias e que não podem ser entendidas através de um olhar descuidado para a história afro-brasileira.

Quando chamo de “escorregadias” essas identidades, busco indicar que é um conceito em disputa. Tanto nas práticas do XIX, quanto atualmente. Temos exemplo dessas disputas na construção e desconstrução do termo com Gilberto Freyre, Von Martius, Sérgio Buarque de Holanda e outros que, no começo do século XX, deram um rosto e identidades para as negritudes do Brasil. Perspectivas que foram desconstruídas com o tempo, mais à frente no mesmo século, com as mudanças nas formas de se escrever a História do Brasil.

O objetivo aqui não é debruçar este capítulo sobre a lógica de construção de identidade nacional, mas repensá-la dentro do período da escravidão e do pós-abolição. Entendendo-a como um conceito em disputa.

Neste sentido, uma autora relevante para pensar a temática é Hebe Mattos em *Das cores do Silêncio*<sup>100</sup>. A autora inicia seu texto, afirmando que a lei que abolira definitivamente a escravidão no país, teria sido feita, pelo menos na interpretação de alguns contemporâneos, para evitar uma “vitória do negro sobre o branco”<sup>101</sup>.

Mattos tem como objetivo mostrar como foi que a dimensão de imprevisibilidade e aceleração da conjuntura política à liberdade, produzido por quebras de disciplinas nas senzalas, resultou no “desmanchar” do poder dos senhores. Ela busca mostrar que essa imprevisibilidade ajudou a produzir um significativo encontro entre escravistas e abolicionistas.<sup>102</sup>

Na quarta parte do texto, chamada “Nós tudo hoje é cidadão”, a autora afirma que novas identidades sociais precisariam ser construídas no período pós-abolição. Pois, com o fim do cativo, as categorias e identidades sócio culturais, que construíram a ordem no mundo rural, da região do sudeste (foco de pesquisa do trabalho), deixaram de fazer sentido.

Aqui, temos então um argumento chave para compreender o lugar social que se queria aos libertos no pós-abolição. De acordo com Mattos, buscava manter a lógica da

---

<sup>100</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

<sup>101</sup> Ibidem. Pág. 212.

<sup>102</sup> Ibidem. Pág. 260.

escravidão, no pós-abolição. O grande desafio dos senhores era transitar para uma condição de liberdade sem que a ordem antes estabelecida fosse irremediavelmente abalada.<sup>103</sup>

Temos aqui a constatação da disputa em torno do conceito de liberdade negra. A liberdade conquistada no 13 de maio estava ainda sujeita às lógicas senhoriais, que buscavam formas de manter os ex-escravos sob suas tutelas, ou minimamente distantes da convivência igualitária.

Entretanto, de acordo com Mattos, grupos de libertos se articularam de forma organizada, sendo capazes de reelaborar as influências que lhes vinham do mundo dos brancos. Reestruturando perspectivas que não estavam somente no trabalho, mas nas perspectivas de dominação.<sup>104</sup> Buscando construir a imagem de um liberto que estaria despreparado para a liberdade.<sup>105</sup>

Há, então, um encontro de dois argumentos importantes trabalhados pelos dois autores, de forma direta ou indireta. Mattos e Slenes demonstram como identidades libertárias e de ressignificação surgiram dentro de contextos de violência. Seja durante a escravidão, como Slenes traz em seu trabalho. Ou durante o período pré e pós-abolição contida de forma mais clara em Mattos.

Os dois autores colaboram no entendimento de que as identidades são escorregadias e podem ser mobilizadas de formas diferentes, em momentos diferentes. Por exemplo, se a classe senhorial mobiliza o argumento de que negros são “perigosos”, por isso não devem ser libertos, por outro lado, em alguns segmentos, a população negra vai ressignificar esta afirmação. Trazendo “flores” para um campo árido. Usando do campo intelectual para alcançar e se empoderar de liberdade.

Seja através da luta abolicionista, ou por movimentos independentes, a liberdade é um conceito escorregadio e que pode-se colocar em diversos contextos, sendo mobilizadas para necessidades e disputas políticas diferentes.

## **6.2 - Notícias em que a cor aparece no jornal**

Dito isto, se faz importante perceber como estas narrativas negras aparecem no *Cidade do Rio*. A intenção neste subtópico não é traçar um mapa de todas as notícias

---

<sup>103</sup> Ibidem. Pág 239.

<sup>104</sup> Ibidem. Pág 272.

<sup>105</sup> Ibidem. Pág 286.

onde o jornal cita palavras sinônimas de negro(a). Até porque, busco entender a citação à cor dos indivíduos em algumas notícias específicas, como um construtor do jornal, não um fim em si mesmo. É importante dizer que as discussões sobre negritude, não estão sujeitas à citação direta sobre a cor dos indivíduos.

O fato, por exemplo, do jornal ter como título o nome de José do Patrocínio e as palavras “Cidade do Rio”, logo na primeira capa, anuncia um simbolismo chave no jornal. No texto *As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833*<sup>106</sup>, Ivana S. Lima propõe, dentre muitas outras questões, discutir identidade nos anos iniciais do período regencial. Entendendo títulos como *O Homem de Cor*, *O Crioulinho*, *O Brasileiro Pardo* e outros impressos que colaboram na discussão racial da primeira metade do século XIX. A luta por uma identidade nacional plural também se dava nessas medidas e se apresentavam nesses títulos. Pois elas colaboravam na inclusão e/ou exclusão de dispositivos. Tratava-se de contar a história da formação da sociedade brasileira como composta por brancos, negros e mestiços.<sup>107</sup>

No caso do periódico de Patrocínio, qualquer leitor que tomasse tempo em ler somente a capa do jornal, entenderia que era uma perspectiva de Patrocínio, homem negro, sobre a cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, o título já propunha uma leitura abolicionista e negra sobre uma localidade extremamente excludente e racista.

É uma imprensa negra dando suas perspectivas e opiniões sobre a cidade do Rio de Janeiro. E se ela é uma imprensa negra, o simples fato de poder se nomeada assim informa um olhar específico sobre os acontecimentos ali noticiados. Tendo ainda, no título, o nome do seu maior representante negro, José do Patrocínio.

Como já dito anteriormente sobre as colunas assinadas por Patrocínio e intituladas “Semana Política”, reafirmo a relevância da mesma dentro do jornal ao criticar as lógicas da escravidão e trazer posicionamentos claros sobre as lutas abolicionistas. Em uma dessas colunas, afirma-se:

“...a respeito do abolicionismo: não estamos resolvidos a tolerar mais a impunidade de crimes,

---

<sup>106</sup> LIMA, Ivana Stolze. “As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831- 1833”. In: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Arquivo Nacional, 2003.

<sup>107</sup> LIMA, Ivana Stolze. “As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831- 1833”. In: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Arquivo Nacional, 2003. Pág. 32.

com os de Campos, Santa Maria Magdalena, Rio do Peixe e os que se protejam em Pindamonhangaba. Alguém há de nos pagar, ou o nosso sangue irá se misturar com os das vítimas.”<sup>108</sup>

Aqui podemos ver a cor aparecendo de forma mais objetiva, pois o colunista reafirma o coletivo “nós”, para dizer que os abolicionistas se juntarão a negros e negras mortos injustamente ou abolicionistas presos de forma autoritária, para lutar por este até a morte.

Outras colunas levam a assinatura de indivíduos negros relevantes para o abolicionismo e para o jornal. Demonstrando a rede de solidariedade no movimento abolicionista e suas formas de reafirmar a negritude intelectual presente, como se pode acompanhar na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Colunas assinadas**

<b>Nome da Coluna</b>	<b>Assinado por</b>
Joaquim Nabuco	José do Patrocínio (1887)
Aos domingos	Fritz (1887)
Campos	Carlos de Lacerda (1887)
Seção Alheia	José do Patrocínio (1887)
Seção Alheia	José Bálsamo (1888)
Da Sombra	Chefe Abolicionista (1888)
Abolição e República	Ennes de Souza e João Clapp (1888)

Fonte: Cidade do Rio, 1887 e 1888.

Raras são as colunas assinadas no jornal, o que temos de levantamento no decorrer da pesquisa é um maior número de colunas não assinadas. Um dos prováveis motivos para tanto são as possíveis perseguições políticas que podem resultar de uma posição política dada. Como foi o caso da perseguição ao *Vinte e Cinco de Março* como já citado. Ou então a prisão de Carlos de Lacerda que depois deste episódio foi perseguido e ameaçado pela polícia<sup>109</sup>, em 1887. A importância de Lacerda para o jornal dá ainda maior demonstração na edição 55, de 23 de novembro de 1887, quando o nome

<sup>108</sup> Cidade do Rio, Ed. 34, 13 de fev. 1888.

<sup>109</sup> Cidade do Rio, Ed. 30, 27 de outubro. 1887.

do abolicionista aparece em grandes letras no periódico para dizer que o mesmo havia chegado no Rio de Janeiro. Ou ainda na coluna que escreve para o *Cidade do Rio* ainda como preso político em Campos.<sup>110</sup>

Tais assinaturas não podem ser vistas como mero "acaso". Voltando à intelectual, Ivana S. Lima, ao afirmar que a política do começo do XIX era um teatro, sua reflexão parte para a lógica de que "...surgia uma ampliação do jogo - uma platéia que podia se tornar ativa, uma proliferação de autores, uma enxurrada de impressos, fazendo da rua um lugar de política."<sup>111</sup>

Mesmo que o *Cidade do Rio* seja da segunda metade do século XIX, ele se encaixa nessa leitura. Se faz necessário perceber que o jornal buscava se destacar nas discussões políticas. Por ser uma nova folha, e por propor-se a questões latentes a negros e negras. Por isso as assinaturas - embora poucas - de nomes relevantes como Joaquim Nabuco e outros, são relevantes para dar uma identidade para o jornal. Trazer credibilidade ao periódico.

Num período de ebulição das discussões sobre o que se faria com a população negra, o jornal não poderia ficar de fora ao propor identidades que fossem libertárias, igualitárias e que garantissem cidadania plena. Que viria somente com a abolição da escravatura. Como Lima afirma, era necessário atuar no "teatro do jornalismo".<sup>112</sup>

É relevante considerar também a falta de outras assinaturas como uma possível escolha política. Quem sabe para proteger os que escreviam de possíveis retaliações, ou para que a dúvida sobre quem escreveu aquela coluna instigasse os diálogos entre os leitores, ou para que achassem que todas elas fossem escritas por nomes importantes como José do Patrocínio.

A hipótese que pode ser considerada a mais provável é que o jornal buscava dar uma visão coletiva sobre suas falas. Por isso, é possível que a folha não estivesse assinada muitas das vezes, pois aquelas palavras representavam um coletivo, representavam o abolicionismo e os ideais contidos dentro do movimento.

---

<sup>110</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 36, 2 de novembro. 1887.

<sup>111</sup> LIMA, Ivana Stolze. "As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831- 1833". In: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Arquivo Nacional, 2003.

<sup>112</sup> *Ibidem*. Pág. 39.

Até onde a pesquisa avançou, não foi possível visualizar este mapa de forma mais objetiva. Não é uma preocupação do jornal informar aos seus leitores quem escreve, mas dizer aos compradores da folha seus posicionamentos e opiniões a respeito dos assuntos. Pois é isso que vai construir a identidade do jornal de forma mais clara, oferecendo uma perspectiva coletiva sobre o movimento abolicionista e da população negra em geral.

## **7 - Pretos perigosos no pós-abolição**

### **7.1 - Levantamento dos tipos de crime que mais aparecem no jornal (pós-abolição)**

No pós-abolição, pode-se perceber o envolvimento de pretos e pretas em crimes que aparecem no jornal. Para identificar tal afirmativa, este trabalho avançou na leitura dos números do periódico, começando a partir do dia 14 de maio de 1888 até 27 de dezembro do mesmo ano.

A metodologia usada para compreender o crime no pós 13 de maio foi buscar a palavra “crime” na Hemeroteca Digital. Os números que obtinham a palavra foram lidos, de acordo com a localização da palavra na folha. Ou seja, alguns números contam apenas com a leitura de uma coluna, outros com mais de uma. Dependendo da dimensão que o jornal vai dar para aquela notícia em questão e em quantas colunas a palavra aparecia.

Num primeiro momento, percebe-se que o jornal se preocupa em denunciar senhores que estão mantendo em cativeiro muitos libertos. Identifica-se que o editorial continua fazendo uma defesa ardente de ideais e indivíduos abolicionistas, denunciando excessos da polícia e indicando certa resistência a algumas leituras republicanas do período.

Fato é que o jornal ainda está preocupado em dimensionar a emancipação e entender as consequências da mesma para o Brasil. Apontando para discussões de reinserção dos libertos, por exemplo.

Neste sentido, cabe então retomar a notícia de Rio do Peixe, onde um delegado foi morto de forma brutal por defender perspectivas abolicionistas. Na data de 14 de junho de 88, o jornal afirma

“...fizeram grandes manifestações ao juiz de direito, jurado e defensores no processo de assassinato do delegado Joaquim



Firmino, havendo depois um baile promovido pelos *criminosos absolvidos* [...] a população assistia, humilhada, a esse tripudio do cinismo, era que se confundiam abraçados juízes, réus e defensores, com grande escândalo da justiça e da moralidade pública.”<sup>113</sup>

Nesta citação é possível ver o resultado da absolvição de indivíduos que mataram brutalmente o abolicionista. Um crime cometido pelo judiciário, identificado nesta absolvição dada pelo “...juiz que baila com os assassinos”<sup>114</sup>. É possível identificar, então, o outro lado da moeda onde o judiciário se torna o criminoso e mediador de perspectivas racistas, absolvendo aqueles que foram mãos importantes para manter as lógicas escravocratas na escravidão e no pós-abolição.

A afirmação do jornal ao dizer que a população assistia “humilhada” a absolvição dos envolvidos, demonstra que a população estava, em alguns momentos, alocada num lugar de desmando e excessos judiciários que pareciam não ter qualquer tipo de saída. Como se os possíveis argumentos contra esses crimes parassem no tempo diante de um judiciário que detêm o poder da inocência em suas mãos.

Nesse mesmo caminho, ainda buscando entender os tipos de crimes que aparecem no jornal, e como o *Cidade do Rio* tratará destas questões em seu editorial. No dia 21 de junho de 1888, o periódico reproduz uma coluna chamada “O Sr. Ministro da Justiça – Ferreira Viana”. Nesta coluna o jornal apresenta as justificativas para o projeto de repressão da vagabundagem. Afirma-se, reproduzindo a fala de um deputado de Minas Gerais, Ferreira Viana, Ministro de Justiça:

“Não é de hoje que reconheço a necessidade urgente de reprimir, principalmente nos centros populosos, a ociosidade [...] mãe de todos os vícios. A pena deve ser um elemento educativo [...] se o preso já não tinha disposições para o trabalho, ali contrai o hábito da vadiação, perverte-se, ora contaminando pelos outros, ou se é mais endurecido no vício, contaminando os companheiros. [...] As cidades populosas sofrem de perturbações contínuas pela aglomeração de pessoas, dominados pelo instinto,

---

<sup>113</sup> Cidade do Rio, Ed. 134, 14 de Junho. 1888.

<sup>114</sup> Ibidem.

por assim dizer, da ociosidade, são os futuros habitantes das casas penitenciárias”<sup>115</sup>

Nesta reprodução da fala do Ministro da Justiça, têm-se um raio-x do contexto político presente. Em primeiro lugar, ressalto a demonização da ociosidade como um problema público e que deve ser sanado de forma repressiva. No pós-abolição, temos uma grande parte da população negra tornando-se em alguns momentos desvalida por conta da imigração e outros fatores advindos com o fim da escravidão. Ou seja, é provável que boa parte dos “ociosos” façam parte das classes mais pobres e negras do Brasil.

Ou seja, o Ministro está falando sobre esta população recém liberta em seu discurso. Ao final, ele afirma que, por serem ociosos, estes indivíduos podem ser considerados os futuros habitantes das casas penitenciárias.

Uma denúncia importante está sendo feita nas entrelinhas do discurso de Viana. Essas pessoas que ele cita são destinadas à penitenciária porque são ociosas, na leitura do mesmo. Mas cabe então questionar: esses indivíduos estão ociosos por que querem? O que é ser ocioso para o governo da época? Por que, basicamente, uma parcela dos negros libertos se encontravam na categoria que o Ministro chama de “ociosos” e por isso poderiam ser o que ele chama de “futuros habitantes das casas penitenciárias”.

Chamo atenção para esta colocação pois ela demonstra o lugar do racismo para incriminar e construir perspectivas sobre a população negra. É relevante reafirmar que o crime está contido dentro da própria lógica escravocrata, presente no pós-abolição. O jornal afirma:

“A escravidão é um crime. A escravidão é a soma de todas as injustiças e todas iniquidades. A escravidão é o atentado máximo contra Deus e contra a humanidade. O senhor de escravo é um explorador de carne humana. O senhor de escravos é pior do que moedeiro falso, traz na mão um título de propriedade, que resume todos os crimes possíveis.”

O resultado da lógica escravocrata coloca escravos em condição de invalidez no pós-abolição. Muitos de idade avançada são deixados à própria sorte, como já dito

---

<sup>115</sup> Cidade do Rio, Ed. 137, 21 de Junho. 1888.

anteriormente neste trabalho e apontado na coluna em questão por Ferreira Viana em seu discurso.<sup>116</sup> Vale aqui ressaltar então, a partir dessas reproduções no jornal, como o crime aparece de forma especialmente recortada pela temática da racialização. Mesmo quando o jornal não deixa isso claro, nas entrelinhas ainda se faz presente a temática de crime-inocência-escravidão-racismo. Interligadas e que dialogam entre si nos seus números.

## 7.2 - Atuação da polícia

Dentro destas leituras, é importante destacar a função da polícia do Rio de Janeiro no papel de reprimir a cor negra dentro da cidade. Início esta discussão resgatando a seguinte colocação do *Cidade do Rio*: “O Brasil é só negro”<sup>117</sup>. Frase que antes era usada por escravocratas, mas passou a ser uma afirmação abolicionista na tentativa de dar voz a população negra.

Tal afirmação é importante para dimensionar o Brasil como um país feito por negros e negras. Pois, por muitos momentos se buscava sufocar esta afirmação. Quando defendo neste trabalho que a polícia estava preocupada com o lugar da população negra na sociedade brasileira, é porque estes formavam uma significativa parte da população carioca. Então, não é possível pensar o Rio de Janeiro sem compreender que nos anos 80 do século XIX, boa parte dos habitantes eram negros.

Neste caminho, pensar em política de repressão, como o projeto contra vagabundagem pensado por Ferreira Viana, era também pensar um projeto de país para negros e negras.<sup>118</sup> Retomando seu discurso, Viana ainda afirma que é necessário tratar os presos e possíveis presos como

“...suspeitos da possibilidade do crime. Pois em verdade, o vadio, o mendigo e toda esta espécie de criminosos, nem o legislador como tal os pode julgar; são ameaças de crimes e delitos, urgidos pela necessidade, adversos e estranhos ao trabalho. Assim, necessariamente entrarão no caminho do delito. [...] a polícia não é tão vigilante como deveria.”

---

<sup>116</sup> Cidade do Rio, Ed. 137, 21 de Junho. 1888.

<sup>117</sup> Cidade do Rio, Ed. 150, 7 de Julho. 1888

<sup>118</sup> Ibidem.

Ou seja, todos são suspeitos até que se prove o contrário. No caso de “ociosos” pretos ou pretas esta dimensão fica ainda mais clara ao pensar que a cor já os torna suspeitos de estarem envolvidos em delitos. O político afirma ainda que a polícia não era tão vigilante como deveria. Era importante, na visão dele, dar vazão a melhorias no corpo policial carioca.

Mais uma vez, um trabalho importante para compreender estas leituras é o de Marcos Luiz Bretas “O crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”, onde ele afirma que no Rio de Janeiro os escravos e homens livres costumavam se congregar nos grupos organizados e desordeiros, conhecidos como capoeiras. Compartilhavam moradias e locais de lazer. De acordo com ele, esses pobres eram considerados como indisciplinados, preguiçosos, imorais e tinham de ser transformados a fim de colocar a nação no caminho do progresso, de acordo com as políticas pautadas pelo Estado.<sup>119</sup>

É importante visualizar que esta lógica tem origem na cultura da escravidão<sup>120</sup>, de acordo com Bretas. A lógica de submissão, mesmo após o 13 de maio, tinha raízes profundas no Rio de Janeiro escravocrata. Por esses motivos, pretos eram o alvo privilegiado do controle social como suspeitos usuais de vadiagem, furto ou do crime de capoeiragem.<sup>121</sup>

Com isto, é indiscutível a centralidade da marca racial na atuação da polícia carioca na década de 80. Para aprofundar a discussão aciono o trabalho de Thomas Holloway “Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e resistência numa cidade do século XIX”<sup>122</sup>. Um recorte importante no texto do autor é quando este cita a expressão de um visitante italiano à cidade do Rio em 1885. Ele reproduz a fala, conforme podemos ver abaixo:

“A polícia do Rio de Janeiro é a polícia mais despótica, arbitrária e brutal do mundo, formada em sua maior parte pela camada social mais baixa da cidade, relaxada e violenta ao

---

<sup>119</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32, p. 49-61, 2º. sem. 1991.

<sup>120</sup> Ibidem. Pág. 53.

<sup>121</sup> Ibidem. Pág. 54.

<sup>122</sup> HOLLOWAY, T.H. 1997. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro, FGV.

mesmo tempo, e sua maneira de agir é completamente o inverso de guardar e proteger a vida e a segurança dos cidadãos.”<sup>123</sup>

O autor ainda afirma que o que os estrangeiros consideravam brutalidade se tornara habitual para os cariocas.<sup>124</sup> Era então indiscutível o despreparo da polícia para lidar com questões sociais e fazer seu trabalho de forma correta e objetivando a segurança dos indivíduos. O autor cita ainda momentos de despreparo, como militares que espancavam presos, excessos que não tinham embasamento para tanto, e subornos que se faziam presentes nas corporações.<sup>125</sup>

Ao mobilizar as notícias contidas no jornal e a bibliografia correspondente aos anos 80 do século XIX, compreende-se que a polícia é uma ferramenta de controle e que está enraizada num racismo estrutural. Racismo este presente nas notícias do século XXI, mobilizadas no capítulo 1 desta monografia. Tal perspectiva não deve-se perder de vista pois ela aponta para uma herança da escravidão que ainda não foi superada pelo Brasil moderno, assim como na abolição também não o foi.

Ao ter uma população livre que precisa ser “podada” pelo Estado, pois, em tese, não há mais senzalas para que os senhores estejam cuidadosamente vigiando e punindo seus escravizados. O que pode-se perceber ao ler o jornal é que diversas formas de controle vão sendo criadas dentro das lógicas possíveis. Uma delas, que aparece em 10 de setembro de 1888 no periódico abolicionista é a inauguração do Albergue Nocturno.

Afirma-se que “...proporcionou ao Sr. Ferreira Vianna mais uma oportunidade para pregar as suas doutrinas sobre a caridade. [...] papel da justiça não é castigar o crime, mas sim prevê-lo e evita-lo. Abrigo para os infelizes é uma ideia a ser implantada [...]”<sup>126</sup>, na coluna ainda se afirma que esta seria uma instituição que ficaria sob a proteção da polícia. Aqui o diagnóstico de espaços de repressão para a população pobre é clara e está sendo noticiada no jornal. Em outra edição, de número 266, 26 de novembro de 1888, diz-se que o albergue é um lugar tido como para vagabundos. Um lugar de vigia, controle e uma espécie de “depósito” para desvalidos mais velhos, por exemplo.

---

<sup>123</sup> Ibidem. Pág 223.

<sup>124</sup> Ibidem. Pág. 223.

<sup>125</sup> Ibidem. Pág. 225.

<sup>126</sup> Cidade do Rio, Ed. 201, 18 de Setembro. 1888

Não somente os albergues, como as prisões - a serem tratadas no desdobrar deste trabalho monográfico - indicam que há uma preocupação em encurralar “novas senzalas” para indivíduos antes escravizados. Ao afirmar isto, recorro a afirmação de Wlamyra Albuquerque, quando diz que a elite escravocrata buscava fazer transbordar as regras sociais do mundo escravista para o pós-abolição.<sup>127</sup> Não produzindo novas senzalas de forma objetiva, mas fazendo uso das lógicas presentes nelas para continuar a manter a cor negra sob tutela.

Outro fator a se considerar, são que esses dois espaços são controlados ou vigiados pelo corpo policial carioca, pela mão estatal que está tomada, como já afirmado, de uma lógica racial. Deixar estes espaços nas mãos de instrumentos de poder racistas é deixar a população negra livre à própria sorte das lógicas do governo imperial e anos depois republicano. Resta entender então que a polícia age com legitimidade dada por governantes e muitas vezes amparado pela opinião pública, opinião esta que até onde a leitura pode avançar, é rebatida no *Cidade do Rio*.

### **7.3 – População preta é criminosa ou vítima?**

Ainda pensando nestas preposições, uma pergunta geradora e que pode trazer algumas dúvidas é: afinal, a população preta é criminosa ou vítima? Já que ela está sendo encurralada pela lógicas racistas, em quais desses tópicos ela se encontra?

Buscando responder esta questão, cito o episódio onde o periódico narra a fala do Sr. Dr. Cyro de Azevedo, que pregou no tribunal de jury a pena de morte.<sup>128</sup> O jornal reproduz que o citado afirmou que “...aceitava a pena de morte como consequência da lei de seleção social. [...]” atribuindo a seguinte lógica “...o criminoso não é produto de si mesmo, se não quando alguma lesão orgânica do cérebro o coloca no mapa dos casos patológicos incuráveis. Neste caso ele é tão perigoso como qualquer outro doente, porque afeta a sua saúde moral e da sociedade”, ainda no mesmo número.

O jornal afirma que tal afirmação repugnou os presentes que eram vinculados ao jornal e se retiraram imediatamente do tribunal. Mostrando aqui a preocupação do editorial com a situação carcerária carioca. Ao rebater as fala de Azevedo, o jornal afirma que a prisão deve ser um lugar de desintoxicação dos espíritos e dos corações

---

<sup>127</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “Não há mais escravos, os tempos são outros’: abolição e hierarquias raciais no Brasil”. In: O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 125.

<sup>128</sup> Cidade do Rio, Ed. 201, 18 de Agosto. 1888

pela educação e pela instrução, ratificando que matar não seria a resolução do problema do crime.

O que o comunicador da preposição queria dizer era que seria necessário, em outras palavras, aniquilar os criminosos, em sua maioria de classes mais pobres e negra, pois com isso eliminaria dois problemas: o problema da cor e do crime. A seleção natural, defendida nas teorias do darwinismo social, está presente na fala de Azevedo pois ela colabora com a morte de muitos negros presos nas Casas de Detenção do Rio de Janeiro. Beira o absurdo a fala do presente reproduzida no *Cidade do Rio*, pois ela comprova a preocupação das classes mais altas em continuar aniquilando e propondo a morte da população negra a partir do racismo científico.

E neste caso, a perspectiva de vítima pode ser defendida, pois não há dúvidas de que a simples indicação à possibilidade a pena de morte já desenha um pós-abolição que colocaria negros e negras à revelia das vontades governamentais racista amparados por um discurso dito “científico”.

Entretanto, é importante ressaltar que o fato de muitos serem vítimas do discurso, não quer dizer que a população está assistindo bestializada as falas propostas. Muito pelo contrário. A presença do *Cidade do Rio* e suas formas de combate para com essas falas dizem muito sobre a resistência das lógicas negras para com os discursos racistas. Não que esta seja a única forma de reconfiguração social de resistência, mas é uma das que se apresentam e que tem um palco relevante diante da sociedade do XIX.

Não somente grupos organizados como o *Cidade do Rio* mas indivíduos que estavam lutando dentro de suas próprias rotinas sociais. Não é plausível afirmar que exista somente uma forma de (re)existir. Elas são plurais e se apresentam em contextos e fontes diferentes. No caso do jornal, elas vão aparecer de forma sutil e muitas vezes imperceptíveis, ou claramente.

Portanto, não é possível afirmar se negros e negras são vítimas ou criminosos (as) de forma objetiva. Porque não há unanimidade na cor. Não é porque a cor está ligada a lógicas racistas que pretos e pretas também não cometem crimes dignos de prisão. É importante considerar estes contextos, pois eles demonstram a pluralidade do movimento negro entre 1887-1888 que se apresenta no jornal.

É necessário compreender que não existe negritude sem pluralidade, sem vítimas e criminosos. Ainda que na maior parte das vezes o judiciário haja por uma lógica racista e injusta, é importante entender que são diversas as ramificações dentro da própria lógica judicial. Indivíduos vão poder fazer uso dela em contextos de justiça e injustiça. Usando a seu favor ou sendo vítima dela. E isso não impede de diagnosticar a lógica criminosa presente em julgamentos e crimes, que diferenciam culpados por cor, classe, gênero e aparência, como uma arma contra seres sociais em situação de vulnerabilidade.

Nesse ínterim, há uma fala do jornal ao tratar sobre o lugar da negritude no pós-abolição, onde afirma-se em 21 de julho de 1888, poucos dias após a abolição que “A escravidão que foi enterrada, sempre dará frutos. Frutos de sangue. No lugar do crime nascerá uma árvore visível, negra, de folhas negras. Que nasceu sob um túmulo.”<sup>129</sup>. Para bem ou para mal, a escravidão deu e continua dando frutos. Frutos e raízes diferentes e que apontam para um mesmo objetivo: liberdade. Para fazer nascer novamente a regalia de sangue, dor, alegria, vivências, identidades e (re)existências.

Uma árvore que nasce com vítimas e culpados, que tem como principal característica a pluralidade das suas folhas. Entretanto, regadas por um mesmo sangue e um mesmo sangue e terra.

## **8. O papel da Justiça na construção de uma identidade de pretos criminosos**

Porém, é um fato que a população negra sofreu com os estereótipos tidos sobre a cor. Através de perspectivas racistas científicas tão presente no século XIX, de acordo com Thomas E. Skidmore em *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*<sup>130</sup>, quando ele afirma que a sociedade brasileira era autenticamente racista, o país se mostrava vulnerável a doutrinas racistas provenientes do exterior europeu.

Tendo como horizonte essa perspectiva, será necessário criar mecanismos para defender esta lógica mesmo que não diretamente. Não é possível pensar sobre racismo sem tratar o olhar da polícia carioca sobre negros e negras. Ele afirma que as forças

---

<sup>129</sup> Cidade do Rio, Ed. 162, 21 de julho. 1888.

<sup>130</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



policiais, no pós-abolição, foram aumentadas, e capoeiras tornaram-se o alvo preferencial das penas repressivas do novo código penal de 1890.<sup>131</sup>

De acordo com ele ainda, essa violência reforçava a imagem do negro como elemento atrasado e antissocial, e com isso a elite ganhava incentivos para trabalhar para um país ainda mais branco.<sup>132</sup> Nesta afirmação, tinha-se uma justificativa para enquadrar esses indivíduos como criminosos, vadios e etc, a defesa vinha no sentido de que estes eram um obstáculo ao desenvolvimento, por isso deveriam ser perseguidos. E para tanto, criam-se lógicas para formar uma identidade paralela à identidade branca nacional que se buscava formar: uma identidade de que a população preta era perigosa e por isso deveria ser cuidada e alicçada dentro da violência.

A violência policial excluía a possibilidade de que a população negra fosse reconhecida enquanto cidadã. Por isso, se faz necessário adentrar em fontes da época como o *Cidade do Rio* que oferecem outros tipos de leitura sobre o assunto. Que oferece outros tipos de identidades, que por vezes também problemática, mas que contrapõe em diversos contextos a lógica negritude-crime.

Um texto importante para esta discussão, contido na coletânea *Direitos e Justiças no Brasil*, “Direitos por lei ou leis por direito?”<sup>133</sup> de Brodwyn Fischer; ele traz o contexto do governo de Getúlio Vargas, onde, de acordo com o autor se poderia ver de forma concreta os brasileiros pobres nas pautas governamentais. De acordo com o autor, essa parcela da população lutava para adentrar o restrito grupo de cidadãos que podiam exigir quaisquer direitos.

Mais especificamente no Rio de Janeiro, o autor trabalha a ideia de que os habitantes que não podiam atender às exigências mínimas em termo de alfabetização, por exemplo, eram excluídos da lei, deixados para solucionar problemas exclusivamente na base da caridade e do patronato.

Aqui, então, podemos visualizar já na República as heranças das políticas antepostas no século XIX para as populações mais pobres. Os pontos apontados por

---

<sup>131</sup> Ibidem. Pág. 89.

<sup>132</sup> Ibidem. Pág. 90.

<sup>133</sup> FISCHER, Brodwyn. “Direitos por Lei ou Leis por Direito?” in: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006.

Fischer deixam claro que os vulneráveis, formados por grande parte de negros, negras e imigrantes, estão colocados à própria sorte.

Negava-se, então, a condição de cidadãos desses sujeitos, submetendo-os a uma lógica política que deixava os ex-escravizados ou descendentes de ex-escravizados dentro de perspectivas de extermínio. Tinha-se justificativa para prender e perseguir, por exemplo.

## **9. A imprensa como espaço de atuação e de construção de identidades de pretos**

Início este último tópico citando Petrônio Domingues no *Dicionário de Escravidão* “...a imprensa negra é um veículo em que rostos e vozes afro-brasileiras ocupam a esfera pública para expor, pela escrita ou pela imagética, suas ideias, narrativas, demandas, subjetividades, estéticas corporais, seus problemas, dilemas, heróis, mitos e utopias redentoras.”<sup>134</sup>.

Têm-se em mente, com esta citação a relevância do *Cidade do Rio* para as discussões políticas do século XIX. A imprensa tornou um espaço de construção de identidades. Em alguns momentos, uma identidade pautada no abolicionismo redentor, que o periódico em questão aponta em muitos momentos, tratando-os como incapazes e tendo como única saída o abolicionismo como bandeira. E isto se repete em contextos e épocas diferentes.<sup>135</sup>

No caso da fonte deste trabalho, é um jornal que se posiciona como precursor na defesa de direitos, mas que também se coloca com um tipo de redenção a pretos e pretas. Colocando-se como líder destes movimentos muitas vezes. Como se a população negra estivesse, de fato, arraigada e amarrada as lógicas que o jornal construía sobre a mesma.

É importante considerar, mais uma vez, a pluralidade e diferenças que se apresentam em todos os contextos. O fato de muitos considerarem tudo que a população negra faz como parte de um tipo de resistência, aponta para uma singularidade do movimento negro que não existia na prática. Por mais que se buscasse defender esta lógica com unhas e dentes.

---

<sup>134</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Pág. 259.

<sup>135</sup> AZEVEDO, Elciene. O Direito dos Escravos – lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado. Campinas, IFCH – UNICAMP, 2003.

É relevante compreender o papel da imprensa neste local de resistência, mas entender que ela muitas vezes construiu esse lugar para si mesma. Em 6 de outubro de 1888, quando o periódico completa 1 ano de existência, afirma-se: “A obra da liberdade não está completa”<sup>136</sup>. Por mais que esta seja uma verdade que poderia inflamar em corações revolucionários, ao afirmar isto o jornal se coloca como líder desta dita liberdade. Buscando trazer unanimidade para seu discurso.

É relevante compreender os papéis que o jornal cumpre ao buscar a dita liberdade, como parte do discurso. Mas compreender este local como de extrema relevância para o fim do cativo. Entendendo que para bem ou para mal, este se tornou um nicho de cobrança e relevância social no discurso sobre direitos e lógicas negras.

Lógica esta presente atualmente nas notícias que envolvem negros e negras no século XXI. Constrói-se, ainda, a lógica de que negros são perigosos, por isso seus corpos são matáveis, como Marielle Franco e Evaldo dos Santos Rosa.<sup>137</sup>

Se faz relevante então ressignificar estes locais de violência e dor, tendo como uma árvore regada a sangue de pretos e pretas assassinados pela polícia presente no período da escravidão, no pós-abolição do XIX e no século XXI. Buscando fazer crescer novas flores das violências e identidades redutoras que se dá à população negra.

---

<sup>136</sup> Cidade do Rio, Ed. 226, 9 de outubro. 1888.

<sup>137</sup> Citados e trabalhos de forma direta no primeiro capítulo.

## Conclusão

Concluimos então que raça, identidade e violência estão interligadas em diversos momentos na história da população negra no Brasil. Lógica esta pautada dentro das perspectivas da escravidão, do pós-abolição e da República.

Busco apontar para a mão Estatal como uma lógica tomada de racismo e de violência que olha para a cor negra como um perigo a ser amordaçado. Quando se usa das fontes da imprensa negra para entender estas narrativas, percebe-se que na prática, o discurso de que a cor negra oferece perigo é uma construção feita para manter negros dentro da lógica de exceção. Entretanto, por mais que se tentasse calar ou violentar culturas negras, a presença em forma de luta no olhar crítico de ferramentas como a imprensa, ajudam a entender o lugar de fala de indivíduos silenciados e em como eles vão ressignificar essas lutas em espaços diversos.

É interessante apontar para estas histórias não somente como histórias de superação, mas histórias reais que colocam o negro no centro de momentos históricos do país. Entendendo estas perspectivas como narrativas próprias que escrevem as vivências no Brasil Colônia, Império e República. Histórias que não podem e não serão silenciadas. Sendo contadas pelos próprios atores sociais negros e negras.

Aponto para o *Cidade do Rio* como um instrumento importante ao relatar injustiças e lógicas de aniquilamento de pretos. É de extrema relevância compreender seu papel como um jornal que fornece meios para enxergar a população afrodescendente não apenas a partir da lógica de violência. Mas das narrativas onde o negro tem voz na imprensa, na política, nos teatros, nas discussões como um todo, exercendo sua cidadania mesmo que debaixo de violência e exceção. Sendo parte da história. Escrevendo suas próprias Histórias. Seja antes ou depois. Ontem ou hoje. Reescrevendo narrativas e apontando novos caminhos em busca da liberdade. Até que ela venha em plenitude.

## Fontes

- *Cidade do Rio*, de 1887-1888. Fontes contidas no site: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital).

“Homem morre após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste do Rio” G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>> Acesso em: 13 mai. 2019.

“Delegado diz que 'tudo indica' que Exército fuzilou carro de família por engano no Rio” G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou-carro-de-familia-por-engano-no-rio.ghtml>> Acesso em: 13 mai. 2019.

“9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos” UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/rj-9-em-cada-10-mortos-pela-policia-no-rio-sao-negros-ou-pardos.html>> Acesso em 13 de mai. 2019.

“Quem foi Marielle Franco” SUPER ABRIL. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/quem-foi-marielle-franco-a-vereadora-executada-no-rio/> > Acesso em 13 de mai. de 2019.

## Bibliografia

AZEVEDO, Elciene. O Direito dos Escravos – lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado. Campinas, IFCH – UNICAMP, 2003.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil” in *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 94-139.

BARBOSA, João Paulo. O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32,1991.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CHALLHOUB, Sidney A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista / Sidney Chalhoub. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. "Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil", in Keyla Gringberg e Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil imperial – Vol.III (1870-1889)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009).

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Pensadores Negros - Pensadoras Negras*. PINTO, Ana Flávia Magalhães: José do Patrocínio: Abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. I. ed. Bahia: UFRB, 2016. Pág. 115. v. II.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil : As províncias na véspera do abolicionismo*. 2º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 152 p.

DA SILVA, Ana Carolina Feracin. *De "Papa pecúlios" a Tigre da Abolição: A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. p. Tese de Doutorado (Doutorado em História)- História, UNICAMP, Campinas, 2006. Pág. 16-17.

Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280643>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FISCHER, Brodwyn. "Direitos por Lei ou Leis por Direito?" in: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006.

GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. DOMINGUES, Petrônio. "Imprensa Negra". São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano e FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

LARA, Silvia H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Ivana Stolze. “As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831- 1833”. In: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Arquivo Nacional, 2003.

LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Racismo: História e Historiografia. Pág. 14-18.

LARA, Silvia Hunold. Dossiê. Por escravos e libertos. Pág. 13-18.

LARA, Silvia H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. “O castigo exemplar”. In: *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 73-96.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos*. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*[S.l: s.n.], 2015.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Pág. 259.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016.